

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

LUDMILA FERREIRA DUARTE

**Uma Análise da Carga Tributária Fiscal entre Brasil e Espanha no
período de 2014-2015.**

FRANCA

2018

LUDMILA FERREIRA DUARTE

**Uma Análise da Carga Tributária Fiscal entre Brasil e Espanha no
período de 2014-2015.**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas

Orientador: Prof. Ms. Márcio Benevides
Lessa

FRANCA

2018

LUDMILA FERREIRA DUARTE

**Uma Análise da Carga Tributária Fiscal entre Brasil e Espanha no
período de 2014-2015.**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas

Franca, 30 de julho de 2018

Orientador: _____

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinadora: _____

Nome: Prof^a. Dr^a. Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador: _____

Nome: Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos, professores e familiares pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

– A Deus, que me mostrou o caminho a ser trilhado profissionalmente e atendeu as minhas orações nos momentos de aflições e também nos de gratidão, que fez dessa caminhada mais leve por meio da sua divina graça, e me surpreendeu com frutos colhidos deste curso que levarei para o resto de minha vida;

– A minha família, que se esforçou financeiramente para que fosse possível realizar o sonho de conquistar um diploma, que me apoiou emocionalmente em todos os momentos de dificuldades e também de alegria, agradeço especialmente a minha mãe Vilma que desde pequena me ensinou a ler e guiou meus passos por meio da educação como um estilo de vida, agradeço a ela e minhas irmãs Ana Carolina e Priscilla pela espera das viagens diárias para Franca, agradeço a ela e ao meu pai Carlos por me apoiarem financeiramente com a oportunidade do intercâmbio;

– Aos meus amigos, Ana Flávia, Alan, Marina e Gabriel que tornaram esses quatro anos mais leves e felizes, pelos trabalhos feitos em grupos e pela amizade que conseguimos construir fora da sala de aula;

– Ao meu orientador Marcio Benevides Lessa, principalmente pela imensa paciência nas aulas, pela atenção como professor e orientador em tirar minhas dúvidas, por me ajudar com referências e na coleta de dados, por compartilhar suas experiências de vida profissional e pessoal e por acreditar e fazer ser possível o desenvolvimento deste projeto;

– A coordenadora do curso Ana Tereza, pela atenção, cuidado e compreensão; e

– Ao UNI-FACEF pela oportunidade de estudar durante quatro anos em um ambiente tão agradável, principalmente pela facilidade de comunicação com nossos professores, e pela oportunidade da bolsa de intercâmbio que tive o prazer de vivenciar.

O Estado, portanto, não é um mal em si, mas um remédio para que os governantes bons possam refrear a má conduta dos maus, através da lei. Mas pode chegar a ser um instrumento de maldade quando governado por pessoas viciosas, voltando-se contra os bons. Santo Agostinho (354-430 d.C)

RESUMO

O conteúdo apresentado descrito nesse trabalho intitulado - Uma análise da Carga Tributária Fiscal entre Brasil e Espanha no período de 2014-2015 tem como objetivo principal explicar as variáveis macroeconômicas e como essas são usadas pelo setor público para que seja possível aplicar as principais políticas macroeconômicas que sustentam e visam estabilizar a Economia de determinado país, e assim por fim comparar parte da Política Fiscal voltada para a arrecadação de impostos entre o Brasil e a Espanha, como objetivo secundário demonstrar a evolução histórica da participação do Estado na Economia de modo geral e depois focando nos países escolhidos pela autora. O principal motivo da escolha do tema foi a afinidade e o interesse sobre política fiscal voltada para a arrecadação de impostos, quanto a comparação dos países escolhidos também foram por afinidade, uma vez que a autora pôde ter vivenciado em ambos os países, no ano de 2017. O mesmo foi desenvolvido com estudo qualitativo de dados secundários de caráter bibliográfico, através desta metodologia buscou-se explicar a intervenção pública através das políticas fiscais entre os países, Brasil e Espanha. Foram usados dados secundários para a análise das políticas tributárias e orçamentarias, que foram coletados em sites oficiais como Receita Federal do Brasil e no site espanhol da Agência Tributária, esses dados foram organizados em forma de gráficos para que seja possível a comparação de ambos. O método de abordagem deste projeto será o dedutivo, pois, parte de teorias e leis consideradas universais que visam explicar a ocorrência de fenômenos econômicos. Concluiu-se que a carga tributária do Brasil em valores é maior que a da Espanha, porém nos impostos incomuns que foram analisados foram ele: imposto sobre a renda, impostos especiais (bens e serviços) e imposto sobre o patrimônio, o Brasil possui menor arrecadação nos impostos que recaem sobre a renda, os lucros, capital, salário e propriedade exceto naqueles que incidem sobre bens e serviços.

Palavras-chave: Estado, Tributos, Brasil, Espanha, Política Fiscal.

ABSTRACT

The presented content described in this essay entitled – An analysis of the Fiscal Tax Burden between Brazil and Spain in the period of 2014-2015 has as main objective to explain the macroeconomics variables and how these are used by the public sector to make it possible to apply the main macroeconomics politics that sustain and scope to stabilize a country's Economy, and finally compare the Fiscal Politics leaned to collection of taxes between Brazil and Spain, it has as secondary objective to demonstrate the historical evolution of the participation of the State in the Economy in a general way, then focusing in the choosing countries by the author. The main motive to the choice of the theme was affinity and interest about fiscal politics leaned to collection of taxes, and about the countries selection it was also affinity, once the author lived in both countries, in the year of 2017. The essay was developed with qualitative of secondary data of bibliographies, through this methodology it was tried to explain the public intervention through the fiscal politics between the countries, Brazil and Spain. It was used secondary data to the analysis of the tax policy and budget, that were collected in official internet addresses as Receita Federal from Brazil, and the spanish internet address Tax Agency, these data were organized in graphic form so it could be possible to compare both. The methodology used in this project is deductive, because part of the theories and laws considered universal that try to explain the occurrence of economic phenomenons. It is concluded that the Brazilian tax burden is higher in volumes than Spain, but in unusual taxes that were analyzed such as: tax over revenue, special taxes (goods and services) and taxes over patrimony, Brazil has a smaller collection of taxes that fall under revenue, profits, capital, salaries and property except in the ones that collide over goods and services.

Keywords: State, Taxes , Brazil, Spain, Fiscal policy

RESUMEN

El contenido presentado en este trabajo con tema – Una análisis de la carga tributaria fiscal entre Brazil y España en el periodo de 2014-2015, tiene como objetivo principal explicar las variables económicas y como esas son usadas por el sector público para que sea posible aplicar las principales políticas macroeconómicas que sostienen estabilizar la Economía de cierto país, por fin comparar la parte de la política fiscal de la arrecadación de impuestos entre Brazil y España, como segundo objetivo demostrar la evolución historica de la participación del Estado en la Economía de manera general y despues analizando los paises elegidos por la autora. El principal motivo de la elección del tema fue la afinidade y el interes sobre la política fiscal que visa explicar la arrecadación de impuestos, cuanto a la comparación entre los dos países elegidos, también fue por la afinidade, una vez que la autora vivenció en los dos países en el año de 2017. El trabajo fue desarrollado con estudio cualitativo con datos secundarios con carácter bibliográfico, por medio de esta metodología explicó la intervención pública por medio de las políticas fiscas entre los países, Brazil y España. Fueran usados datos secundários para la analisis de las políticas tributarias, que fueram coletados en sitios web como Receita Federal do Brasil y en el sitio web español de la Agencia Trubutaria, todos los datos fueran organizados en graficos para que sea posible la mejor comparación de los países. El metodo de abordaje de este proyecto sera deductivo, pues, parte de las teorias y leis universales que visan explicar dos fenomenos económicos. Concluyó que la carga tributaria del Brazil en valores es mayor que la de España, pero en los impuestos en común que fueran analizados; impuesto sobre la renta, impuestos especiales (bienes y servicios) y impuesto sobre em patrimonio, el Brazil tiene menor arrecadación en los impuestos sobre la renta, beneficios, capital, salarios y patrimonio, excepto en aquellos que recáen sobre los bienes y servicios.

Palavras Clave: Estado, Tributos, Brazil, España, Política Fiscal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema das principais variáveis e instrumentos macroeconômicos.....	34
Figura 6 – Gráfico da arrecadação tributária total – Brasil 2014 - 2015	53
Figura 8 – Gráfico dos impostos especiais – energia elétrica - Brasil 2014 - 2015	54
Figura 9 – Gráfico dos impostos especiais - tabaco – Brasil 2014 – 2015	55
Figura 10 – Gráfico dos impostos especiais – Brasil 2014 - 2015.....	56
Figura 11 – Gráfico do imposto sobre patrimônio – Brasil 2014 - 2015.....	57
Figura 12 – Gráfico da arrecadação tributária total – Espanha 2014 - 2015	58
Figura 13 –Gráfico dos imposto sobre a renda – Espanha 2014 - 2015	58
Figura 14 – Gráfico dos impostos especiais – energia elétrica – Espanha 2014 - 2015	59
Figura 15 – Gráfico dos impostos especiais – tabaco – Espanha 2014 – 2015	60
Figura 16 – Gráfico dos impostos especiais – bebidas – Espanha 2014 – 2015	60
Figura 17 – Gráfico dos imposto sobre o patrimônio – Espanha 2014 - 2015.....	61
Figura 19 – Gráfico incidência sobre a renda, lucro e ganho de capital.....	62
Figura 21 – Gráfico incidência sobre bens e serviços	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição pelo método do valor agregado (PIB)	38
Tabela 2 – Multiplicador bancário.....	44
Tabela 3 – Análise vertical dos impostos entre Brasil e Espanha	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O ESTADO.....	16
1.1 DEFINIÇÃO.....	16
1.2 FUNÇÕES DO ESTADO.....	18
1.2.1 Função Alocativa.....	19
1.2.2 Função Distributiva.....	19
1.2.3 Função Estabilizadora.....	21
1.3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	21
1.3.1 Idade Antiga	22
1.3.2 Idade Média	25
1.3.3 Idade Moderna	25
1.3.4 Idade Contemporânea.....	27
1.4 A FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL E NA ESPANHA.....	30
1.4.1 Brasil	31
1.4.2 Espanha	32
2. PRINCIPAIS FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS	34
2.1 AS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	35
2.1.1 Produto Interno Bruto (PIB).....	35
2.1.2 Estabilidade dos preços	38
2.2 OS INSTRUMENTOS MACROECONÔMICOS.....	40
2.2.1 Política Fiscal	40
2.2.2 Política Monetária.....	43
2.2.3 Política Cambial	46
3. POLÍTICA FISCAL TRIBUTÁRIA.....	49
3.1 TRIBUTOS	49
3.1.1 Carga Tributária- Brasil	50
3.1.2 Carga Tributária- Espanha	50

3.1.3 Comparação dos Tributos entre Brasil e Espanha	52
CONCLUSÃO	63
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	76
REFERENCIAL ELETRÔNICO	77

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho com o tema – Uma análise da Carga Tributária Fiscal entre Brasil e Espanha no período de 2014-2015, tem como objetivo principal explicar as principais variáveis macroeconômicas e analisar parte da política fiscal voltada para a arrecadação de impostos entre o Brasil e a Espanha, a fim de comparar qual carga tributária é maior nos impostos que esses possuem em comum no período 2014-2015. Como objetivo secundário explicar a intervenção do Estado e como esse se comportou de maneira geral na história e depois nos países em análise, e ainda como esse atua diretamente na economia por meio de políticas econômicas com o intuito de promover o bem-estar social.

A pesquisa a ser desenvolvida será de caráter qualitativo de caráter bibliográfico, através desta metodologia buscou-se explicar a intervenção pública através das políticas fiscais entre os países escolhidos. Foi usado dados secundários para a análise das políticas tributárias e orçamentárias, que foram coletadas em sites oficiais como Receita Federal do Brasil e no site espanhol da Agência Tributária, esses dados foram organizados em forma de gráficos para que seja possível a comparação de ambos. Além disso dados históricos do processo de desenvolvimento das políticas dos países foram coletados em fontes bibliográficas, as leis que regem a tributação e o orçamento foram coletados em fontes como a Constituição Federal Brasileira e no Pressuposto no caso espanhol, esses dados foram de suma importância para a elaboração da base teórica

O método de abordagem será o dedutivo pois, parte de teorias e leis consideradas universais que visam explicar a ocorrência de fenômenos econômicos. Os métodos de procedimento serão comparativo, por meio desse método é possível realizar as comparações entre as políticas fiscais tributárias de cada país a fim de verificar similitudes e explicar as divergências; o monográfico que consistiu no estudo do respectivo tema com a finalidade de obter generalizações.

O projeto de pesquisa investiga a importância da intervenção estatal no âmbito econômico através da política fiscal. Por meio da política fiscal é possível alcançar a estabilidade econômica, principalmente através do controle do orçamento do governo, este que se relaciona diretamente com a problemática das altas taxas de

inflação, tributária e de juros, com o orçamento bem elaborado junto a arrecadação de impostos é possível que a política fiscal cumpra com as suas funções como a estabilização e a distribuição dentro do total das políticas macroeconômicas. O principal motivo da escolha do tema foi a afinidade e o interesse sobre política fiscal voltada para a arrecadação de impostos, quanto a comparação dos países escolhidos também foram por afinidade, uma vez que a autora pode ter vivenciado em ambos os países, no ano de 2017.

O Problema de pesquisa desse trabalho está relacionado aos aspectos que diferenciam a intervenção do Estado na Política Fiscal na economia brasileira e na economia espanhola.

No primeiro capítulo desse trabalho será analisado com base em dados históricos, primeiramente a definição de Estado, como esse se comporta, quais suas funções e os tipos de governos que auxiliam no desenvolvimento dele, em segundo lugar caberá analisar como este surgiu e evoluiu desde a Idade Antiga até os tempos modernos, por fim será brevemente descrito a evolução do Estado nos países escolhidos (Brasil e Espanha).

No segundo capítulo será definido, explicado e exemplificado o conceito de macroeconomia, quais são as principais variáveis macroeconômicas que auxiliam na economia de determinado país e como estas podem ser usadas de maneira benéfica a população, e por fim os instrumentos que auxiliam a macroeconomia, que subdividem-se em políticas – são elas a fiscal, monetária e cambial.

No terceiro capítulo, como escolhido pela autora se desenvolverá com base na política fiscal voltada para arrecadação dos tributos, a comparação entre os tributos brasileiros e espanhóis, além de levar se em conta a divergência entre esses. Será apresentado os tributos brasileiros e espanhóis e a comparação entre ambos se fará por meio da análise de gráficos.

1. O ESTADO

Neste capítulo serão abordadas as definições e formas em que um determinado Estado pode possuir, sua evolução desde os tempos remotos até a atualidade, quais as funções deste na sociedade e como sua intervenção na vida social e econômica se portará de maneira eficaz na sociedade.

1.1 DEFINIÇÃO

O Estado, tem a sua definição na obra de Nicolau Maquiavel O Príncipe (15130), do latim *statu* e do verbo *stare* significa estar firme, este seria uma entidade superior a determinada população que se responsabilizaria pela organização de um território e da vida social do conjunto de indivíduos que ali habitam, deve constituir estrutura própria e possuir uma política organizada junto a um conjunto de instituições como; governo, forças armadas e funcionalismo público.

A sociedade necessária em que se observa o exercício de um governo dotado de soberania a exercer seu poder sobre uma população, num determinado território, onde cria, executa e aplica seu ordenamento jurídico, visando o bem comum. (SALVETTI NETTO, 1982, p. 42.)

O Estado em determinada sociedade constituindo em forma de República, é o protetor supremo dos interesses materiais e morais do todo, possuindo como finalidade precípua o bem comum.

Uma organização humana regida por um governo central, cuja principal finalidade é a promoção do bem-estar social dos indivíduos que estão sob sua responsabilidade. (FLÁVIO RIANI, 1990,p. 49-50).

Para que exista Estado, é necessário a existência de território e sociedade, o governo é a representação do Estado na vida dos indivíduos em busca da realização de suas funções.

O Estado pode se caracterizar das seguintes formas em determinado país, segundo os autores Cicco e Gonzaga (2007):

- Estado Simples ou Unitário: se caracteriza por um único estado, onde o exercício ocorre de forma centralizada em relação à política-administrativa, porém a administração pode ser dividida internamente

para fins de melhoria, já a política não pode ser dividida por descaracterizar este tipo de Estado. O Reino Unido se caracteriza como um Estado Unitário.

- Estado Federal: é constituído por vários estados federados (estados-membros) que possuem autonomia, em que cada divisão (estado regional) possuem poder constituinte próprios decorrentes do poder constituinte originário da Federação. O Brasil se caracteriza neste tipo de estado, por possuir a constituição originária e vários estados dotados de autonomia e constituições próprias, um exemplo o estado de Minas Gerais.
- Estado Democrático: se caracteriza em garantir o respeito e a liberdade civil da sociedade e garantir as necessidades fundamentais, por meio da proteção jurídica.
- Estado Liberal ou Mínimo: se caracteriza pela defesa da liberdade individual na política, economia, religião e até mesmo intelectual.
- Estado Máximo: se caracteriza pela total intervenção no meio político, econômico e social na vida dos indivíduos.
- Estado de Bem-Estar: se caracteriza como organizador da política e da economia encarregando-se da promoção e defesa social, contrapondo-se a ideia do Liberal.

O Estado para sobreviver necessita de meios para sustentar-se e realizar de forma eficiente as suas funções, que serão descritas mais a diante. É através do governo que é a organização política e jurídica tornando universal sua constituição pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que será possível administrar os negócios públicos. Assim, como existem tipos de Estado, também há diferentes formas de governo em diferentes países. De acordo ainda com Cicco e Gonzaga (2017), vem a ser:

- Monarquia: uma das mais antigas formas de governo é representada por um monarca denominado Rei ou Rainha em que se concentra os poderes em suas mãos, como no passado o absolutismo, atualmente

existem ainda países que são representados por monarcas, porém o poder auferidos a eles não são de caráter limitado, sendo mais como uma figura representativa da monarquia por hereditariedade.

- Aristocracia: nesta forma de governo, os poderes do Estado seriam direcionados as mãos dos nobres ou pessoas de confiança do monarca.
- República: para que se obtenha este tipo de governo é necessário que Estado seja caracterizado na Democracia, onde o chefe de estado é eleito pelo povo que o elege junto a seus representantes de acordo com a proposta de governo, este terá um tempo limitado, como no Brasil quatro anos com possível reeleição.
- Ditadura: o poder se concentra na mão de somente um representante, não havendo leis ou intervenção da sociedade que o impeça de governar de acordo com sua vontade.
- Oligarquia: neste governo, o poder está concentrado nas mãos da minoria mais poderosa e principalmente mais abastada, se afasta da republica devido ao fato de que somente essa minoria pode determinar as formas de governo.

Por meio do governo como forma de organização das instituições imposta por determinado Estado e essas relacionando entre si, realizam a capacidade deste, não importando sua forma, sobre a sociedade.

1.2 FUNÇÕES DO ESTADO

Como princípio e das mais importantes funções que o Estado pode exercer sobre determinada nação é a realização do bem comum atendendo as expectativas do homem em busca da satisfação de suas necessidades.

O Estado é o detentor da soberania, ou seja, é quem possui o poder supremo, absoluto e incontestável, que não reconhece, acima de si, nenhum outro poder. Assim, a soberania define-se pelo poder político que se configura na faculdade de ordenar a organização social e de deliberar sobre os assuntos de natureza coletiva. (PEREIRA, 1999, p.51)

Por meio das funções alocativa, distributiva e estabilizadora o Estado é capaz de melhorar a condição de vida dos indivíduos menos abastados em relação aos mais, tentando assim diminuir o grande hiato social e trazer a felicidade comum entre a nação.

1.2.1 Função Alocativa

Segundo Mochón (2006), essa função surge principalmente da necessidade que o Estado possui em corrigir as falhas de mercado.

Compreende-se por falha de mercado quando a iniciativa privada fracassa ao alocar os recursos eficientemente, devido aos motivos que se relacionam ao preço que não vá gerar lucros ao dono dos fatores de produção ou pelo simples fato dos empresários não estarem aptos e dispostos a produzirem determinados bens.

Sem a geração de determinados produtos que o mercado é falho surge assim a escassez, é função do Estado preocupar-se com a demanda desses bens e satisfazer as necessidades da sociedade, para que isso aconteça o bem ofertado pelo Estado tem de se caracterizar como bem não rival ou não excludente, ou seja o consumo é disponível a qualquer pessoa e quando consumido não reduz e não exclui para o próximo consumidor. Para que o bem seja não rival é importante que a demanda por ele não seja plena ou excessiva.

Por fim, de acordo com Vasconcellos (2011) os bens públicos são todos aqueles que pertencem a federação aos estados e municípios, em que qualquer pessoa não pode ser excluída ou impedida de consumi-los, a segurança, o saneamento, educação, saúde e a infraestrutura são exemplos de como o Estado desempenha sua função alocativa.

1.2.2 Função Distributiva

Antes de exemplificar e justificar como o Estado atua nessa função, é necessário compreender as desigualdades que existem dentro de determinada nação.

De acordo ainda com Mochón (2006), atualmente o mundo é regido pelo capitalismo financeiro, este é um sistema econômico que como principal característica visa a maximização de lucros, para que haja lucros é necessário que um indivíduo denominado empresário possua o fator capital, deste surge o investimento na planta industrial e para que se produza é necessário que outros indivíduos denominados famílias ou trabalhadores vendam sua força de trabalho em troca de um salário.

Nas primeiras idealizações teóricas sobre a economia isto seria simples, pois o produto seria igual a renda, dispensando qualquer tipo de desigualdades ou desequilíbrio, porém o que a história deste sistema econômico nos mostra, justificando que as necessidades dos homens são ilimitadas, é que os donos dos fatores de produção se tornaram cada vez mais acumuladores dos lucros e, desta forma, pagavam cada vez menos aos seus trabalhadores deixando-os em situações precárias.

Surge daí, então, um dos fatores determinantes da desigualdade de rendas, onde os indivíduos mais abastados possuem condições de vida melhores e demandam a maioria de seus bens na iniciativa privada, em contrapartida os cidadãos de baixa renda dependem dos bens não rivais do Estado para seu mínimo de sobrevivência, como educação, saúde e segurança já que não possuem condições para demandarem na iniciativa privada. Em pesquisas recentes realizadas pelo Insper, mostrou que no Brasil os dez por cento mais ricos ganham o equivalente a quarenta vezes mais que os dez por cento mais pobres.

Os 1% mais ricos possuem as melhores casas, a melhor educação, os melhores médicos, o melhor estilo de vida, mas há uma coisa que o dinheiro parece não comprar: a compreensão de que seus destinos estão ligados a como os outros 99% vivem. Ao longo da história, isso é uma coisa que os 1% mais ricos eventualmente aprendem. Tarde demais.(CARTA CAPITAL, ONLINE)

É função do Estado alocar esses serviços e oferecer as pessoas de menores rendas, porém para mantê-los é necessário a captação de recursos dos cidadãos para que seja possível sustentar a produção dos bens não rivais.

Essa captação, em princípio, se obtém por meio da arrecadação de impostos, porém as famílias com menores rendas na maioria das vezes se tornam incapazes de contribuir da mesma maneira que os mais ricos.

O Estado intervém por meio da distribuição com a implementação de um imposto de renda proporcional que financie os serviços públicos, ou seja os mais pobres pagam proporcionalmente ao que se recebe, e também nas transferências fiscais que possam melhorar a vida das pessoas que auferem baixa renda.

No Brasil, o programa Bolsa Família é um exemplo de como o Estado repassa uma parcela dos recursos econômicos para melhorar a situação de baixa renda dos cidadãos brasileiros, como consequência diminuindo o nível de desigualdade.

1.2.3 Função Estabilizadora

Conforme Mochón (2006), através desta função o Estado adota políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade do país. Para que se possa atingir a estabilidade econômica são necessários alguns instrumentos macroeconômicos mais conhecidos como políticas monetária, fiscal, cambial e de rendas que serão descritas detalhadamente no segundo capítulo, resumidamente;

A política monetária realiza-se através dos órgãos que compõe o Sistema Financeiro de determinado país, principalmente o Banco Central, adotam medidas que controlam a economia, como a taxa de juros, quantidade de moeda em circulação.

A política Fiscal direciona em relação a como o governo administra seus gastos e receitas, e como se dá a captação por meio da tributação e a emissão de títulos públicos e a organização dos gastos por meio do planejamento e orçamento.

A Política Cambial está relacionada em como o governo estabelece a paridade frente as moedas estrangeiras, de suma importância nas negociações entre exportações e importações.

A Política de Rendas preocupa-se com a distribuição em relação a remuneração provenientes dos fatores de produção como, salários, lucros e encargos.

1.3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

Quanto a origem do estado, historicamente pensadores como Aristóteles, São Tomás de Aquino, Maquiavel e Montesquieu de acordo com Cicco e Gonzaga (2007), levantaram a teoria geral do Estado, que se divide em três pensamento. O primeiro diz respeito que o Estado sempre existiu desde os tempos remotos da idade da pedra, visto que o homem desde que vive na terra está integrado numa organização social dotada de poder e com autoridade para determinar o comportamento social da tribo. O segundo, pensadores defendem que a sociedade precedeu a formação do Estado, e que este surgiu somente depois para auxiliar nos interesses do bem comum. E por último, pensadores admitem como Estado a sociedade política dotada de características bem definidas, que só ocorreu no século XVII. Quanto a sua formação o Estado de acordo com a história surgirá de maneira natural ou contratual.

1.3.1 Idade Antiga

Segundo o historiador Cotrim (2004), a Idade Antiga - época que durou desde o aparecimento da escrita até o ano de 476 da Era Cristã, com o fim do Império Romano do Ocidente - mostra as diferentes formas em que o Estado surgiu no ocidente e no oriente, é importante destacar que o Estado no oriente possui características iguais desde a idade antiga como o caso do Japão, e no ocidente este mesmo passou por várias mutações até se concretizar o que se conhece atualmente.

A Mesopotâmia foi uma das primeiras civilizações aproximadamente do quarto milênio antes de cristo, era uma região localizada no oriente médio entre os rios Tigres e Eufrates. O homem construiu as primeiras cidades e estruturou o Estado, criou um dos primeiros sistemas de escrita e desenvolveu uma economia comercial. Quanto ao surgimento do Estado, se deve ao fato do desenvolvimento da agricultura em que as cidades dependiam da construção de canais de irrigação para levar água as áreas castigadas pelo clima árido, as construções dessas obras requeriam uma administração estatal centralizada que conduzisse o esforço coletivo, o poder do Estado, portanto tinha como função organizar a realização das grandes obras de interesse comum ultrapassando a iniciativa individual.

A princípio não existia a propriedade privada de terras, posteriormente a terra tornou-se propriedade do governo e aos poucos os governantes passaram a explorar os governados, dando origem ao modo de produção asiático que possuíam as seguintes características: as terras eram usadas pelos membros da comunidade sob controle das classes dirigentes, as classes dirigentes organizavam e administravam o Estado e o Estado era o dono das terras e dirigia o trabalho da sociedade.

A Grécia se caracterizou pelas Cidades-Estados ou as chamadas polis em grego, nela não houve um Estado centralizado, dessas cidades de destacaram duas:

- Esparta: era controlado por uma diarquia (dois reis) com funções religiosas e militares e a sociedade se estrutura da seguinte forma; os espartanos eram os únicos que possuíam cidadania, posses de terras e monopólio dos poderes militares, político e religioso; os periecos dedicavam-se ao comércio e ao artesanato e os hilotas eram os servos, considerados propriedades do Estado e eram responsáveis pela mão de obra da sociedade. Este sistema foi criado para prosperar o modo de vida do espartano, através da educação eles orientavam os demais a obediência absoluta à autoridade e se preocupavam com o físico para as habilidades militares.
- Atenas: com o fim da aristocracia em 612 a.C foi governada pela burguesia que instalou uma pseudo democracia, porque as mulheres, estrangeiros e nem os escravos tinham direito ao voto, com o desenvolver da história política grega nota-se um governo presidencialista com Péricles no século V.

As raízes do surgimento do Estado e como esse funcionava pelo bem comum da sociedade se deram por meio dos pensamentos de Platão e Aristóteles.

Platão (429 - 347 a.C), autor do livro A República ou a Justiça, defende nesta obra o Estado no caso da Grécia a Cidade ideal e conseqüentemente justa. Foram alguns ideais defendido por ele, a igualdade em seu livro As Leis em que possuía doutrina socialista e como o Estado se tornaria comunista, a divisão do solo deveria ser feita de forma igual a fim de evitar uma classe de grandes proprietários,

nenhum cidadão deveria possuir quantidade de ouro/prata/dinheiro que excedesse ao atendimento de suas necessidades e por fim não levava em consideração a questão do gênero humano, mas sim da natureza, e por isso as mulheres poderiam exercer qualquer função dentro de uma sociedade.

Aristóteles (384 - 322 a.C), autor da obra *A Política* se opôs ao pensamento de Platão levando em consideração uma doutrina totalmente individualista *“o bem próprio visado por essa comunidade soberana é o bem soberano.”* O princípio por ele defendido da cultura individualista diz respeito que cada indivíduo no uso de sua liberdade, pode escolher o bem que julga ser melhor para si na sua utilidade ou conveniência.

Em Roma, de acordo com Cicco e Gonzaga (2007), de princípio se caracterizou como uma monarquia, depois de 509 a.C tornou-se uma república aristocrática governada pela família nobre romana denominada patrícios. Somente os romanos poderiam participar da política por meio do senado, excluindo os estrangeiros e os plebeus, por muito tempo a luta política de Roma foi entre os plebeus e patrícios em terem direito de participarem da política, após um tempo foi permitido o casamento entres patrícios e plebeus e o direito desses últimos no Senado romano. Porém a preocupação principal do Império Romano foi a expansão territorial o que ocasionou grande prestígio à classe dos ricos plebeus e da burguesia, surgiu então a revolta dos pobres, os ricos se alinharam a Crasso e os pobres a Pompeu a morte de ambos levou a César ao poder único, morreu assassinado em 44 a.C abrindo caminho para uma Guerra Civil, em que se manteve a aparência de uma falsa república e daria início aos governos dos Césares, sendo uma ditadura declarada com Augusto.

O Império Romano passou por profundas mudanças até sua queda, principalmente pela ambição de poder dos Césares e também da influência da religião, como na Grécia, o Império Romano possuiu algumas correntes de grande importância na formação do Estado, foram elas: o Intervencionismo Romano, caracterizado pela excessiva intervenção do Estado na vida econômica, a tendência individualista em que grandes pensadores como Catão, Varrão e Cícero defendiam a propriedade individual por meio de contratos privados e por fim Santo Agostinho que defendeu que o Estado deveria seguir os princípios cristãos da igreja, que só por meio desses princípios se alcançariam o bem comum.

1.3.2 Idade Média

Segundo o historiador Cotrim (2004), marcada pelo fim do Império Romano do Ocidente, invadido pelos bárbaros em 476 d.C. até a queda do Império Romano do Oriente quando é tomado pelos turcos otomanos, em 1453. Esta Idade subdivide-se em alta e baixa, a primeira se caracterizou pela descentralização do Estado onde predominou o feudalismo.

O Feudalismo foi um sistema basicamente de sobrevivência em que o senhor feudal (dono da terra) tinha o servo para cuidar e produzir a ele, a economia era de sobrevivência onde não existia o excedente, portanto não havia vendas e conseqüentemente lucros, foi um período de retração econômico, político e social. A maior proximidade de Estado em que se vê neste período foi a Igreja Católica e o Senhor Feudal em que para os servos poderem trabalhar deveriam pagar obrigações feudais como a banalidade em que o servo deveria pagar pelo instrumento de trabalho. Foi com a preocupação da igreja em enviar soldados na chamada Guerra Santa que iniciou o fim deste sistema feudal, os senhores feudais eram os principais financiadores das cruzadas e acompanhavam seu exército, os servos junto as reformas camponesas que questionavam as obrigações abusivas do senhor feudal e da igreja, aproveitaram da saída do dono da terra e migraram do campo para os burgos que localizavam em volta dos muros das cidades.

Foi com a saída do campo para os burgos que iniciou o Renascimento Comercial e o início da Baixa Idade Média, através dos burgos (os antigos servos que se instalaram em volta da cidade) que nasceu as feiras, essas que começaram a movimentar a atividade comercial de compra e venda, as feiras que mais se destacaram nesse período foram a de Champanhe na França e a de Flandres na atual Bélgica.

1.3.3 Idade Moderna

Conforme Cotrim (2004), a idade Moderna se inicia com a tomada de Constantinopla, em 1453, e se finda com a Revolução Francesa em 1789. Dos mais importantes acontecimentos que ocorreram nesta época, o período de transição do

feudalismo para o capitalismo, conseqüente do renascimento comercial, se torna um dos mais importantes.

Com as atividades comerciais das feiras, os negócios de compra e venda logo se alastraram por todo continente Europeu, vários compradores usaram a rota marítima como via de negociação naquele tempo, com isso surgiu a ambição de cada país.

Ainda de acordo com Cotrim (2004), antes de nascer realmente o capitalismo houve o mercantilismo, este foi uma doutrina adotada pelos países europeus que visavam enriquecer através da acumulação de metais preciosos, o Estado era totalmente intervencionista e adotava práticas como a balança comercial favorável, a priorização do consumo nacional (menos importações) para que cada país atingisse a prosperidade esperada.

Foi por meio da expansão marítima e o descobrimento da América que alguns países da Europa acumularam metais preciosos devido a exploração de suas colônias.

No Mercantilismo houve também uma forte unificação nascendo os Estados-nacionais que caracterizavam por possuírem instituições próprias e um governo soberano. Neste período houve o fortalecimento das monarquias europeias, que se deu principalmente pelo absolutismo.

O absolutismo defendia que o Rei deveria ter o total poder do Estado concentrado em suas mãos, e há pensadores modernos que defenderam que este poderia ocupar ou ser desposto como Rei apenas pela vontade de Deus, alguns pensadores que defenderam o Estado Monarquio foram; Nicolau Maquiavel, Jean Bodin, Jacques Bossue e Thomas Hobbes. Com a Reforma Protestante iniciada por Lutero nasceu na Europa as chamadas Guerras de Religião, que foi uma disputa teológica em luta política, para impor a ordem em toda Europa e como princípio de que “a religião do rei é a religião do Estado” que vários pensadores absolutistas inclusive Hobbes colocavam o poder centrado na mão do monarca como a solução.

Onde todo mundo pode fazer o que quer, ninguém faz o que quer; onde não há senhor, todo mundo é senhor; onde todo mundo é senhor, todo mundo é escravo. (GONZAGA, 2007 p.180)

Houve movimentos como o Renascimento e o Humanismo (séculos XV e XVI com origem na Itália) que se caracterizavam pela valorização da racionalidade da ciência, da natureza e colocava o homem como centro da Criação que após um século seriam as raízes para o Iluminismo. As ideias principais do Iluminismo estavam centradas na razão, defendiam a separação do Estado-Igreja (Absolutismo), a liberdade e o progresso. Este movimento foi o precursor para as revoluções políticas que ocorreram no século XVIII e XIX, e mais tarde seria herança intelectual do liberalismo e do neoclassicismo.

Os principais pensadores deste movimento que se voltaram em questionar o absolutismo foram:

- John Locke (1632-1704): foi um importante filósofo inglês e peça fundamental na elaboração dos ideais do Iluminismo. Criticou o poder absolutista defendido por Jacques Bossue, e alegava que a soberania não estava no Estado e sim na população que o constituía, porém admitia que o Estado deveria agir como supremo e deixa um importante passo no que diz respeito à separação dos poderes em executivo e legislativo.
- Charles Secondat de la Brède (1689-1755): barão de Montesquieu – dando sequência ao pensamento de Locke, propõe a monarquia constitucional como melhor forma de governo e insere além dos poderes executivo e legislativo o poder judiciário.

É importante reafirmar que foi através do Iluminismo que o homem passou a questionar e revoltar contra a constante intervenção estatal e contra a cobrança de altos impostos.

1.3.4 Idade Contemporânea

Conforme descreve Cotrim (2004), a Idade Contemporânea inicia-se com a Revolução Francesa, em 1789, e estende-se até os dias atuais. Dos inúmeros acontecimentos que houve neste período, como as duas grandes guerras mundiais, a

globalização, as reformas políticas e econômicas, será destacado neste trabalho as mais importantes em relação ao Estado e como este agiu no setor econômico.

A Revolução Francesa iniciou em 1789, com a queda da Bastilha em 14 de julho deste mesmo ano. O princípio que explica o porquê desta revolução está enraizado nos ideais iluminista e da revolta do povo contra o Estado Absolutista e também na defesa do Terceiro Estado, este defendido pelos burgueses e camponeses, era sustentado pelos impostos pagos com as profissões que eles exerciam e por isso deveria ser substituído por regimes mais democráticos e descentralizados. Como Lema desta Revolução “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”, resultou da queda da monarquia francesa e da aristocracia da Igreja por uma república democrática e também no terror e na ditadura de Napoleão Bonaparte. O governo ditador de Napoleão Bonaparte não foi o único neste período, o fascismo e o nazismo dariam exemplos mais tarde de como o poder centralizado na mão de um ditador aterrorizou não só a Europa, mas todo o mundo.

Já na Inglaterra, por volta de 1760, culminava a Revolução Industrial e o nascimento do capitalismo. A Revolução Industrial foi o período de transição da atividade manufatureira para a maquinofatureira, foi um período de imensas mudanças, o homem foi forçado a sair do campo por meio da lei dos cercamentos de terra que os expulsou a seguir para cidade para trabalhar nas grandes Industrias, com péssimas condições de trabalho e baixos salários, os donos das industrias conheceram o verdadeiro valor do capitalismo (o lucro).

Foi através de como a Revolução Industrial gerou consequências tanto pelo lado da oferta de trabalho pelos donos dos fatores de produção que visavam o lucro excessivo, quanto pelo lado da demanda de trabalho, com os indivíduos que sofriam com as péssimas condições trabalhistas. Foi da necessidade de explicar o que acontecia durante a Revolução Industrial seja pelo lado do Empresário, seja pelo lado do trabalhador que surgiram os primeiros pensamentos econômicos a fim de questionar como o novo sistema financeiro (capitalismo) funcionaria de maneira eficaz na economia diante da presença do Estado.

Surge assim a primeira Escola do pensamento econômico denominada Clássica, inaugurada com a publicação de *A riqueza das Nações* em 1776 por Adam Smith, que defendia a presença do Estado Mínimo, e que este deveria intervir no setor

econômico quando o mercado não se auto regulasse por meio da mão invisível, seria somente algumas funções atribuídas ao Estado como a defesa nacional, a justiça, os serviços públicos e a manutenção da soberania. Foi pela obra de Adam que surgiu o Liberalismo econômico, que é melhor explicado como a liberdade econômica e o mínimo de intervenção estatal.

Outros pensadores clássicos que foram de suma importância neste período foram:

- David Ricardo (1817): também acreditava no mecanismo de auto regulação na economia e na intervenção mínima do Estado, e que os gastos deste impactava negativamente sobre os investimentos da iniciativa privada, diminuindo a acumulação de capital, principalmente por conta da cobrança de impostos.
- John Stuart Mill (1848): para Mill o setor privado não se sentia atraído em produzir determinados produtos na Economia, gerando determinada escassez na sociedade, seria função do Estado produzir e distribuir esses bens de interesses geral.

Outros pensadores da Escola Clássica foram Jean Baptiste Say, Thomas Malthus e Jacques Turgot.

Surge no final do século XIX, de acordo com Carlos Frederico Rubino Polari de Alverga (2011) a Escola Neoclássica junto ao Neoliberalismo, devido as grandes crises econômicas e principalmente a de superprodução de 1929 nos Estados Unidos, economistas começaram a reformular e aceitar certa intervenção do Estado na economia que traria controle no mercado evitando essas crises. Alguns nomes importantes desta fase foram:

- Leon Warlas e Alfred Marshall (1898): Warlas acreditava que a intervenção do Estado era necessária, pois as forças do mercado não se equilibravam, enquanto Marshal defendia a intervenção do Estado como uma forma da produção não se concentrar nas mãos dos oligopolistas e monopolistas.
- John Maynard Keynes (1936): foi o principal economista que fundamentou o plano do New Deal para retirar os Estados Unidos da

profunda depressão que se encontrou após a crise de 1929. Com Keynes a economia passa a ter uma visão macroeconômica não vista antes pelos clássicos, o Estado deveria intervir na economia para atingir o nível de pleno emprego e que este é fundamental para estimular a economia em épocas de recessão.

Em contrapartida a esses pensamentos das duas Escolas, o filósofo e sociólogo Karl Marx (1867) criticou o sistema capitalista e fundamentou sua teoria em um outro sistema denominado socialismo. Para ele o capitalismo entraria em colapso devido ao fato da minoria possuírem a mais-valia (o lucro) levando a revoluções das classes sociais, em sua obra, o Capital, Marx relata todos os pontos em que o capitalismo é falho, injusto e gera a desigualdade, como solução constrói a visão fundamentada em uma sociedade justa através do socialismo.

O Estado durante todo este período e que se estende até os dias atuais sofreu grandes mudanças tanto no modo em que é aplicado em determinados países e como esse atua na Economia. Atualmente a maioria dos Estados são caracterizados como democráticos, mas ainda existem os Estados que possuem os Monarcas (Inglaterra), tem se ainda Estados que vivem a baixo de uma ditadura como é o caso da atual Coréia do Norte. Quanto a Intervenção Estatal no setor Econômico a maioria é caracterizada como Economia Mista, em que o Estado interfere na economia a fim de atender as necessidades da sociedade, porém existe Estados que viveram até pouco tempo sobre a total Intervenção Estatal (socialismo) no caso Cuba.

1.4 A FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL E NA ESPANHA

A formação do Estado no Brasil e na Espanha em alguns períodos se dão de forma similares, onde em ambos ocorreram desde a monarquia até a presença de ditaduras.

1.4.1 Brasil

Para Cotrim (2004) a história do país é marcada por várias mudanças sociais, políticas e econômicas.

Descoberto pelos portugueses, em 1500, desde o século XVI até o XIX foi colonizado e explorado tanto pelos portugueses como também pelos espanhóis, que pela dinâmica imposta pelo mercantilismo buscavam enriquecer por meio da exploração dos metais preciosos. O único objetivo do Estado (Coroa Portuguesa) neste período, foi expandir a atividade agrícola para manter a estabilidade econômica e preservar as boas relações com o exterior.

Após a independência no ano de 1822 o Estado se torna monárquico, o primeiro Rei a governar o país foi Dom Pedro I responsável pela independência e também pela formulação da primeira constituição brasileira, outorgada em 1823, após Dom Pedro I assume seu filho Dom Pedro II, muito jovem para assumir instituiu o Regime da Regência até que este pudesse adquirir a maioria e pudesse governar o Estado, foi neste período que grandes revoltas aconteceram questionando a centralização do poder e o grau de autonomia dos estados, a partir de então a monarquia passa a se desgastar lentamente e em 1889 inicia-se a República.

O período Republicano se estende até 1930, é marcado pelo domínio político das elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas (Política do café com leite), a indústria brasileira teve um significativo salto e o Brasil se tornou um dos principais exportadores de café.

Em 1930 se inicia a Era Vargas e se finda em 1945, chamada assim por ser governada por Getúlio Vargas, foi neste período que o Estado brasileiro deixa de ser república e passa a ser caracterizado como totalitário, grandes políticas desenvolvidas pelo Estado para o setor econômico como a industrialização do país, a substituição das importações e o fortalecimento do consumo interno foram exemplos do grande desenvolvimento brasileiro desta Era.

A partir de 1945 até 1964, o Brasil retornou a democracia, na década de 50 se destacou o governo de Juscelino Kubitschek que se preocupou em investir nas

metas de Estado que visavam o setor de energia, transporte e incentivos na iniciativa privada.

Em 1964 inicia-se a ditadura militar brasileira, o aumento da participação do Estado aumentou significativamente, esta intervenção se estendeu até 1970 devido à crise de petróleo, nas décadas de 80 e 90 continuaram a precisar fortemente do Estado para controlar as crises de inflação.

A partir dos anos 90 e que se estende até os dias atuais, a participação do Estado cai notadamente e se faz mais presente para as áreas de necessidades sociais.

1.4.2 Espanha

Segundo os autores Villares e Luzón (2009) a Espanha de uma forma geral passou por vários tipos de Estado como Soberania Única, Absolutista, Ditador, Liberal e Democrático. A formação do território Espanhol se deu por meio da ocupação dos celtas, fenícios, cartagineses e gregos cerca de 218 a.C. Com a segunda Guerra Púnica o território Espanhol foi tomado pelo Império Romano do Ocidente que tiveram o controle por mais de 600 anos, com a queda do Império os povos germânicos suevos e vândalos cruzaram as fronteiras e ocuparam o território espanhol.

No século VIII, quase toda península Ibérica foi conquistada pelos muçumanos, foi com a Reconquista Cristã que os mouros foram expulsos em 1492, durante este período os reinos e principados se desenvolveram notavelmente a união entre as coroas de Aragão e Castela se tornou a base na construção do Império Espanhol. O Império Espanhol se tornou uma potência durante o século XVI, devido as práticas mercantilistas e a expansão marítima financiada pela coroa Espanhola puderam conquistar colônias por grande parte da América, incluindo parte do Brasil, através da colonização a Espanha deixou um legado cultural nas suas colônias que atualmente mais de 400 milhões de pessoas falam o espanhol, como legado desta época. No século XIX, a maioria de suas colônias decretam independência e junto a isso a invasão dos franceses comandada por Napoleão Bonaparte faz com que o Estado Espanhol sofra grandes instabilidades políticas e diversas lutas entre democráticos, liberais e parlamentarista que questionavam o poder monarca.

No século XX, em 1923, houve o período de ditadura, liderado pelo general Miguel Primo de Rivera que governou até 1931, após cinco anos estoura a Guerra Civil Espanhola que se caracterizou como um conflito bélico após a tentativa de golpe de Estado contra o Governo da Segunda República Espanhola, terminou com a vitória do general Francisco Franco e a instauração de um regime fascista. Este período de ditadura espanhola foi de grande regressão tanto econômica como social, a Espanha com o fim da Primeira Guerra ficou isolada economicamente do mundo devido ao Estado totalitário implantado.

Foi só em 1975 com a morte do general Franco que Juan Carlos assumiu o cargo como Rei da Espanha e de chefe de Estado, com a constituição outorgada em 1978 foi possível a restauração da democracia.

Atualmente a Espanha continua sendo uma democracia organizada sob forma de um governo parlamentarista e monarquia constitucional, o atual rei é Filipe VI.

2. PRINCIPAIS FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS

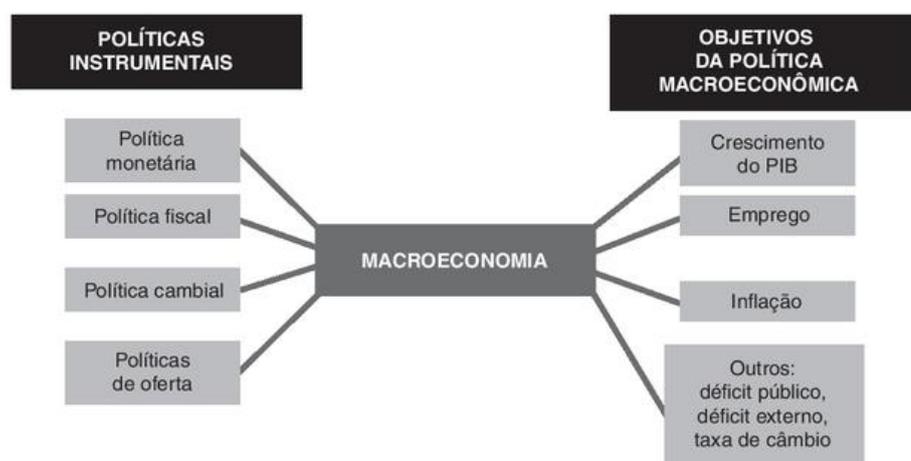
A Macroeconomia estuda as variáveis econômicas agregadas, como a produção da economia como um todo, para o bom funcionamento esta deve-se concentrar no estudo de uma série de variáveis-chaves que lhe permitam estabelecer objetivos concretos e desenhar a política macroeconômica.

A mesma ocupa-se do estudo do funcionamento da economia em seu conjunto. Seu propósito é obter uma visão simplificada, mas que ao mesmo tempo permita conhecer o nível da atividade econômica de determinado país ou de um conjunto de países e atuar sobre ele. (MOCHÓN, 2006).

O governo atua como interventor em atingir os objetivos da política macroeconômica que se baseia na estabilidade dos preços, crescimento econômico (aumento de renda e emprego), melhoria na distribuição da riqueza (renda) e em manter o equilíbrio das contas externas.

Política macroeconômica é o conjunto de medidas governamentais que tentam influenciar o andamento da economia em seu conjunto. Os objetivos da política econômica costumam ser a produção o emprego e a estabilidade de preços. (MOCHÓN, 2006, p. 147).

Figura 1 – Esquema das principais variáveis e instrumentos macroeconômicos



Fonte: Mochón (2006, p.164).

O esquema acima, de acordo com Mochón (2006), define as principais variáveis e instrumentos macroeconômicos que serão descritos posteriormente neste trabalho. Através das políticas instrumentais e das variáveis-chaves, o governo é

capaz de visar os principais objetivos da macroeconomia e principalmente o bem-estar da sociedade de determinado país.

2.1 AS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

Essas variáveis são de grande importância para os principais objetivos da política macroeconômica.

2.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Conforme descreve Grassi (2009), o PIB denominado como Produto Interno Bruto, deve determinar o nível de produção e, conseqüentemente, como o total produzido gerará emprego e renda. Essa variável tem como função principal, em determinada economia, medir o seu crescimento ou seu decréscimo em um período de tempo analisado.

Esta variável foi criada da necessidade de se calcular a quantidade de bens e serviços de uma maneira global, incluindo bens e serviços do setor primário, secundário e terciário, ou seja, somar desde os produtos agrícolas até os produtos denominados como bens de capitais como as máquinas, da mesma forma se dá o cálculo nos serviços prestados, assim criou-se o PIB e também o PNB (produto nacional bruto), ambos representados por um único número e expressam o nível de atividade econômica de todos os setores como um todo.

A principal diferença entre o PIB (produto interno bruto) e o PNB (produto nacional bruto) se dá em que o primeiro expressa o valor global de todos os bens e serviços produzidos nos limites de determinado país, representando a riqueza gerada em determinado período de tempo, já o PNB expressa o valor global de bens e serviços produzidos pela população de determinado país localizadas dentro ou fora dele.

O PIB é fator determinante de crescimento em um país, e pode ser calculado sobre diferentes formas, são elas sobre a ótica do produto, da renda, do dispêndio e ainda pelo método do valor agregado e dos custos.

Pela ótica do produto, de acordo com Grassi (2009), as empresas transformam os fatores de produção (matérias-primas e capital) em produtos que podem ser bens e serviços que são destinados diretamente as famílias, que os consomem (bens de consumo e duráveis) ou podem retornar para a empresa como bens intermediários ou de capital na forma de investimento (equipamentos e variação no estoque).

Conforme Grassi (2009), pela ótica da renda o cálculo do PIB está diretamente relacionado a venda dos bens e serviços que resulta em receita para as empresas e com esse excedente os empresários são capazes de remunerar as famílias (trabalhadores). A renda consiste na remuneração de todos os fatores utilizados na produção dos bens e na prestação de serviços. A renda assume várias formas para remunerar os fatores de produção como : lucros que remunera o capital, os salários que remuneram as famílias e outros como juros e dividendos.

Sendo a renda a remuneração de todos os fatores de produção, surge assim a igualdade entre a produção global de determinado país e sua renda nacional expressa pela igualdade;

$$PIB = RIB \text{ (Receita Interna Bruta)}$$

Pelo método do dispêndio, de acordo com Mochón (2006), para se calcular deste modo é preciso dividir a produção em quatro categorias:

- Primeiro: o Consumo das famílias (C), são os bens e serviços demandados por elas.
- Segundo: os Investimentos Privados (I), aquilo que as empresas dispendem em investimentos, como a compra de novos equipamentos, construção de novos imóveis e a variação no estoque.
- Terceiro: os Gastos Públicos (G), os bens e serviços demandados pelo governo.
- Quarto: as Exportações Líquidas (X - M), que são compradas pelas famílias, empresas e governo fora do país.

O cálculo se dá pela soma dos valores de bens e serviços que cada tipo de usuário acima adquire;

$$PIB = C + G + I + (X - M)$$

Para que se aplique este método de cálculo do PIB, conforme Grassi (2009), é importante destacar que a economia de determinado país deve ser aberta, ou seja, manter relações comerciais e financeiras com outros países, neste método de cálculo além do oferta interna de bens e serviços, inclui as mercadorias que são demandadas de outros países – as importações (M), somando (M) ao PIB se tem a oferta agregada (Sa).

$$Sa = PIB + M$$

De mesma forma ocorre com a demanda agregada (Da), além dos dispêndios em consumos interno, somam ao PIB as exportações (X) de determinado país em bens e serviços.

$$Da = C + G + I + X$$

As exportações tem efeito positivo sobre o PIB, já as importações desviam a renda gerada internamente para a aquisição de produtos estrangeiros, favorecendo assim as economias estrangeiras.

X > M tem se o efeito positivo denominado superávit

X < M tem se o efeito negativo denominado déficit

Como descreve Mochón (2006), outros métodos para se calcular o PIB vem a ser:

a) PIB pelo método do valor agregado: consiste na soma dos custos de produção dos bens e serviços finais. O valor agregado é a diferença entre preço de venda de um bem , sem levar em conta os impostos indiretos e o custo dos bens intermediários para sua produção.

A tabela 1 traz um exemplo deste método

Tabela 1 - Distribuição pelo método do valor agregado (PIB)

Empresa (etapa produção)	Custo dos fatores (\$) (produtos intermediários)	Preço de venda (\$)	Valor agregado (\$)
Agricultor	0	5	5 – 0 = 5
Moinho	5	15	15 – 5 = 10
Padaria atacadista	15	25	25 – 15 = 10
Distribuidora	25	36	36 – 25 = 11
Total	45	81	81 – 45 = 36

Fonte: Mochón(2006, p.156)

b) PIB pelo método de custos: o cálculo do PIB por este método acontece pela soma do custo de fatores adquiridos por todas as empresas em uma determinada economia, analogamente calcula-se somando todas as receitas das famílias (salários, juros e aluguéis), é por meio deste método que se concretiza a igualdade entre produto e renda.

De uma análise geral o PIB é a variável chave para calcular a produção de um determinado país, é através da produção que cria-se empregos e com o aumento desta gera-se um dos principais objetivos macroeconômicos, o crescimento.

O emprego como consequência da produção pode ser calculado pela diferença entre PIB efetivo e PIB potencial ou pela taxa de desemprego expressa em:

$$\text{Taxa de desemprego} = \frac{\text{Número de desempregados} \times 100}{\text{População Economicamente Ativa}}$$

A população economicamente ativa diz respeito a todos os indivíduos empregados e desempregados que estejam buscando trabalho, por meio desta taxa é possível determinar o nível de emprego no país, e assim buscar meios para melhorar a eficiência do Emprego.

2.1.2 Estabilidade dos preços

Outro objetivo da política macroeconômica é manter estabilizado o nível de preço de determinada economia a fim de eliminar possíveis distúrbios, para isso

como variável necessária, porém que necessita dos instrumentos macroeconômicos que serão descritos depois, tem-se o indicador geral dos preços. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o IPCA (Índice Geral de Preços do Consumidor) foi instituído com a finalidade de corrigir as demonstrações financeiras, o IPCA abrange famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e quarenta salários mínimos sendo indiferente a fonte de rendimentos de cada indivíduo, além disso as famílias compreendidas devem estar residindo na área urbana.

O índice de preços do consumidor é uma medida dos preços agregados, calculada como uma média ponderada dos bens de consumo finais. O gasto da família média em cada bem constitui a ponderação utilizada. (MOCHÓN, 2006- p.159)

Mochón (2006) descreve, as maneiras de calcular o IPC consiste em aplicar o índice de Laspeyres, que divide-se em três etapas:

- Primeiro : Mede-se o preço de cada bem e serviço em todos os anos para qual se pretende calcular
- Segundo: Escolhe-se um ano como base, e a partir de então calcula-se a porcentagem do gasto da família média por cada bem. Terceiro: Calcula-se a média ponderada para cada produto levando em consideração o preço do ano base escolhido e do preço do ano em questão

O índice de Laspeyres pode ser expresso em:

$$I_{Laspeyres} = \frac{\sum P_t \times Q_0}{\sum P_0 \times Q_0}$$

Em que;

P_t = é o preço do bem (ou bens) no período t (atual)

Q_0 = quantidade do bem (ou bens) no período zero (usado como base)

P_0 = preço do bem (ou bens) no período zero (usado como base)

Depois de calculado caso o índice apresente uma elevação denomina-se esta alta de preço como inflação, e caso apresente uma diminuição denomina-se deflação.

Outra maneira possível de se calcular o nível geral dos preços em determinada economia é através da diferença que se obtém do PIB nominal e o PIB real. O PIB nominal é calculado agregando os valores dos bens segundo o preço de cada período, enquanto o PIB real é obtido valorizando os bens segundo os preços de um período base.

$$PIB \text{ real} - PIB \text{ nominal} = \text{variação de preços}$$

O quociente entre essas duas variáveis determinam o deflator do PIB, ou seja:

$$\text{Deflator do PIB (ano t)} = \frac{PIB \text{ nominal (ano t)} \times 100}{PIB \text{ real (ano t)}}$$

Para medir o nível de preço em determinada economia usa-se dessas variáveis que foram descritas acima, o nível de preço afeta diretamente a renda das famílias que conseqüentemente altera o nível do consumo, é importante que o Governo mantenha o nível de preços equilibrado a fim de evitar distúrbios.

2.2 OS INSTRUMENTOS MACROECONÔMICOS

Segundo Mochón (2006), para que se atinja os objetivos da macroeconomia, o Governo além de fazer uso das principais variáveis que foram citadas anteriormente, deve utilizar instrumentos controlados por ele a fim de atingir um ou mais objetivos simultaneamente.

2.2.1 Política Fiscal

A política fiscal refere-se as decisões do governo sobre os níveis dos gastos públicos e sobre a forma de arrecadação, denominada tributos.

Hansen (1941), em seu livro *Business cycles and fiscal policy*, denominou política fiscal como o uso consciente dos meios fiscais do governo – tributação, gastos e dívidas públicas – com o objetivo de neutralizar as tendências cíclicas da economia, traduzidas por inflação e recessão.

Já Mochón (2006) descreve que os gastos públicos são aqueles que envolvem a compra em bens e serviços e na transferência do Estado para os indivíduos (como os aposentados), os dispêndios do Estado é o componente que integra o nível global de gastos em determinada economia. Além disso, os gastos públicos devem estar organizados e expressos em forma de orçamento público que deverá ser transparente e visível a sociedade.

O orçamento público, conforme descreve Pereira (1999), configura um acordo especial entre o Estado e o contribuinte, tratando de materializar a origem dos recursos a serem obtidos (arrecadação) e paralelamente à natureza dos dispêndios a serem efetuados (destino dos gastos públicos).

O orçamento público, uma vez aprovado pelo Poder Legislativo, transforma-se em lei e caberá ao governo, além de prestar contas à sociedade do que fez com os recursos gastos, demonstrar que cumpriu os objetivos propostos e o atingimento das metas estabelecidas". (PEREIRA, 1999, p.128)

É da competência do Congresso Nacional conforme o artigo 48, incisos II e IV, da Constituição Federal, dispor sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissão de curso forçado, além de planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Constituição Federal Brasileira, artigo 165, 1988)

A elaboração do orçamento e da instituição das leis que dizem respeito ao processo deste, são de responsabilidade do Presidente da República que deve enviar ao Congresso Nacional, apresenta-se em quatro fases; a elaboração do orçamento que é responsabilidade do Poder Executivo, a aprovação que depende do Poder Legislativo, a Execução que é responsabilidade do Poder Executivo e a Fiscalização que é dever do Poder Judiciário.

Os gastos do Governo é agente principal na formulação do orçamento de qualquer país, e podem ser expressos na seguinte fórmula:

$$RECEITAS - DISPÊNDIOS = SUPERÁVIT OU DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO$$

Os dispêndios do governo compreendem os pagamentos de transferência feito a sociedade, a compra de bens e serviços para manter o Estado e os juros da dívida interna e externa. As receitas compreendem as entradas que o Governo recebe para financiar seus dispêndios, são captadas da sociedade via impostos ou até mesmo por títulos de dívida pública. O resultado será déficit ou superávit, em que no primeiro caso o Governo gasta mais do que arrecada, e na segunda situação se dá o contrário.

As Receitas oriundas da arrecadação da sociedade (tributos), de acordo com Móchan (2006), afetam a economia de duas formas, em primeiro lugar reduzem a renda do indivíduo que afeta diretamente no consumo de bens e serviços e também no nível da acumulação de poupança e em segundo lugar, os impostos incidem sobre o preço dos bens e serviços e dos fatores de produção que afeta a motivação do indivíduo.

Os tributos e a forma em que são arrecadados, são diferentes em determinados países, de uma forma geral, os tributos podem ser classificados em diretos que incide sobre o rendimento dos indivíduos e os indiretos que recaem sobre a geração do produto. O sistema de Tributação (forma em que se arrecada) é diferente no que diz respeito ao tratamento tributário em relação as classes sociais, eles podem ser:

- Proporcionais: a alíquota do tributo é aplicada de forma igualitária a todos os níveis de renda.
- Progressivos: a alíquota é variável, sendo maiores para rendas mais altas, tem como objetivo a melhoria da distribuição da renda em favor das classes de menor renda.
- Regressivos: a alíquota é mais acentuada nas rendas mais baixas, ou seja, quanto menor o rendimento maior será a alíquota cobrada.

Para Parkin (2003), a política fiscal será expansionista quando houver um aumento em compras do governo ou uma queda na receita tributária, e será contracionista, quando houver uma diminuição das compras do governo ou um aumento da receita tributária, essa situação deriva da explicação que se dá da política

fiscal no modelo keynesiano, popularmente conhecido como financiamento dos déficits.

Segundo Dillard (1982), a expressão financiamento dos déficits significa que o Governo gasta mais do que o arrecadado com os tributos, deixando o orçamento desequilibrado. O que se acredita é que o gastos dos déficits levará o Governo ou o sistema econômico à bancarrota procedendo essa situação de uma falsa analogia, o exemplo que se tem é que um indivíduo gastando mais do que o que recebe irá a falência, e assim, aplicando o mesmo argumento, o mesmo sucederá ao Governo, ambos podem gastar mais do que recebem, mas o sistema econômico em seu conjunto não pode gastar mais do que recebe, tornando assim o modelo de política fiscal na visão keynesiana eficaz principalmente em épocas de crise.

2.2.2 Política Monetária

Grassi (2009) descreve que a política monetária diz respeito às intervenções governamentais sobre o mercado financeiro, seja atuando ativamente ao controlar a oferta de moeda ou atuando passivamente sobre a taxa de juros. O mercado monetário é como um mercado de bens e serviços, em que a mercadoria a ser negociada é a moeda, e cujo o valor a ser negociado (pago) é a taxa de juros, este mercado depende diretamente da demanda de moeda e da oferta por moeda.

Em relação aos indivíduos que demandam moeda, esses necessitam da moeda por três razões:

- Primeiro: pela necessidade de transação, que consiste em adquirir bens e serviços, a moeda funciona como meio de troca, em que se paga a moeda em troca de determinado bem ou serviço.
- Segundo: pelo motivo de precaução, em que o indivíduo retém a moeda para possíveis compromissos que não foram previstos.
- Terceiro: pelo motivo especulação, o indivíduo vê em uma oportunidade de determinada aplicação futura, ou seja, retém a moeda para ganhos futuros, mantendo essa retida (reserva de valor).

A demanda por moeda é determinada pela sociedade, desde a necessidade da população, da produção (empresas) e até mesmo do Governo.

A oferta de moeda, em princípio, conforme “Grassi (2009), é preciso considerar que quem controla a emissão de moedas e a quantidade desta em circulação em determinada economia, é um órgão financeiro estatal controlado pelo governo, conhecido como Banco Central, este tem como principal função regular a liquidez na economia. Além do Banco Central, os bancos comerciais podem emitir moedas, mas de uma maneira diferente que consiste na multiplicação dos depósitos à vista.

Os bancos criam dinheiro, mas isso não significa que eles falsificam em um “fundo de quintal”. A maior parte do dinheiro provém dos depósitos e não da moeda corrente. O que os bancos criam são depósitos e os fazem por meio da concessão de empréstimos. Mas a quantia de depósitos em conta corrente que eles podem criar está limitada por sua reserva’. (PARKIN, 2003, p.315)

Ainda como descreve Grassi (2009), o multiplicador bancário apresenta-se da seguinte maneira, os bancos podem emprestar todos os recursos captados, menos o volume que deve ser destinado à constituição das reservas compulsórias.

Um exemplo de como os bancos comerciais criam moeda por meio do multiplicador bancário, se da a seguir, conforme a tabela 2:

Tabela 2 – Multiplicador bancário

Indivíduo	Depósito inicial	Reserva compulsória	Valor a ser emprestado
X	100,00	20,00 (20%)	80,00
Y	80,00	16,00 (20%)	60,00

Um indivíduo qualquer faz um depósito inicial no banco X, o valor total do depósito é 100 reais, 20% deste total é destinado a reserva compulsória estipulado pelo Banco central, ou seja, o banco comercial pode emprestar do depósito inicial, 80 reais. Os 80 reais retornam ao banco como depósito inicial, em que 16 reais é destinado a reserva compulsória e por fim 64 reais pode ser emprestado. Dessa maneira o ciclo sempre será reiniciado a cada novo depósito feito no banco X.

Para controlar a liquidez na economia o Governo atuará diretamente na oferta de moeda destinada a sociedade (população, empresas e Governo), para isso é necessário alguns instrumentos de política monetária que são usadas para expandir ou contrair o nível de moeda na economia. Os instrumentos são;

- Operações de open market: é um dos instrumentos mais importantes da política monetária para controlar a liquidez na economia, diz respeito e representa as operações de mercado em que o Governo negocia (vende e compra) seus títulos públicos. Quando há excesso de oferta monetária, o Banco Central por meio dos leilões vende as obrigações do tesouro, retirando assim os excessos, e quando há insuficiência de oferta monetária, o Banco Central compra as obrigações de Tesouro em circulação.
- Recolhimento compulsório: são os depósitos que os bancos comerciais devem fazer ao Banco Central e que correspondem a uma parcela de depósitos que recebem. Por meio deste o Governo é capaz de regular o volume de dinheiro em circulação na economia. Um aumento no recolhimento compulsório aumenta a taxa de juros e a oferta monetária se reduz e quando há uma queda no recolhimento compulsório a taxa de juros cai, aumentando a oferta de moeda na economia.
- Operações de redesconto ou empréstimo de liquidez: Constitui o instrumento de política monetária pelo qual o Banco Central supre a uma taxa prefixada, as necessidades eventuais dos caixas dos bancos comerciais, ou seja, são taxas que o Banco Central cobra por emprestar dinheiro aos bancos comerciais em caso de emergência.

Para que se tenha uma conciliação no mercado monetário, entre a oferta e a demanda por moeda é necessário a taxa de juros. A taxa de juros nada mais é que o preço do dinheiro ou da moeda, é aquilo que se ganha pela aplicação de recursos financeiros durante determinado período de tempo, ela é determinada pelo próprio Governo e deve atuar como taxa básica do mercado monetário, e auxiliar na formação das demais taxas.

No Brasil a taxa básica de juros determinada pelo Governo é a Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia), é a taxa que negocia os títulos públicos ofertados pelo governo e regula as operações diárias destes títulos, a Selic é fixada a cada 45 dias pelo Copom (Comitê de Política Monetária) e auxilia ainda na formação das demais taxas como; a ATR (Taxa Referencial de Juros) que é calculada como

base na média dos certificados de depósitos bancários (CDBs) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) que é calculada trimestralmente tendo como base a rentabilidade média dos títulos da dívida externa com prazo mínimo de dois anos e de títulos da dívida interna com prazo mínimo de seis meses.

A taxa de juros assume duas formas no mercado financeiro; a taxa de juros nominal, que diz respeito ao ganho monetário que se obtém em determinada aplicação financeira ou o custo monetário de determinado empréstimo (Selic) e a taxa de juros real, que é a taxa de juros nominal (Selic) descontada a taxa de inflação.

2.2.3 Política Cambial

A política cambial é um tipo de política macroeconômica que se fundamenta em geral, na administração da taxa de câmbio e no controle das operações cambiais. Ela influencia diretamente as variáveis ligadas as transações econômico-financeiras de um país com o restante do mundo.

O comércio internacional consiste no intercâmbio de bens, serviços e capitais entre os diferentes países e permite que cada país tire vantagens de sua posição na medida em que favorece na produção de certos bens. (MOCHÓN, 2006, p.212).

A taxa de câmbio é a determinação para a negociação entre duas moedas diferentes, ela consiste no preço da moeda corrente nacional em relação a outra moeda (estrangeira), ou seja, quanto reais será necessário um brasileiro comprar um euro.

Para Mochón (2006), a evolução da taxa de câmbio indicará se os bens nacionais estão ficando mais caros ou mais baratos em relação aos bens estrangeiros. Caso os bens nacionais encareçam em relação aos estrangeiros, deve-se ao fato do aumento nos preços nacionais, na queda dos preços estrangeiros e na redução da taxa cambial, quando acontecer a situação contrária em que os bens nacionais fiquem mais baratos em relação aos estrangeiros, deve-se ao fato da queda nos preços nacionais, o aumento dos preços estrangeiros e uma elevação na taxa cambial.

Por meio da taxa de câmbio pode-se estimular as exportações e desestimular as importações ou vice-verso, são as importações e as exportações as variáveis necessárias para explicar a demanda e oferta de moeda estrangeira. A

demanda por moeda estrangeira fundamenta-se nas importações (M) de bens e serviços (turismo) e nas saídas de capitais financeiros, já a oferta de moeda estrangeira está fundamentada na exportação de bens e serviços (turismo) e na entrada de capitais financeiros.

A determinação da taxa de câmbio pode ocorrer por interferência direta das autoridades econômicas ou não, possuindo três regimes cambiais.

- Primeiro: consiste no regime de taxa cambial fixa, em que esta é determinada pelas autoridades monetárias, podendo haver possibilidades de pequenos ajustes.
- Segundo: regime de taxas flexíveis, em que esta é formada em mercados totalmente livres com taxas flutuantes.
- Terceiro: regime de taxas administradas, que diz respeito a adoção de bandas cambiais, sendo o meio termo entre a taxa fixa e flexível.

Assim como a política monetária, a cambial necessita de alguns instrumentos para administrar a política comercial entre um país e os demais estrangeiros, a primeira delas é as intervenções que o governo faz no mercado cambial, por meio da administração da taxa de câmbio, valorizando ou desvalorizando esta.

As políticas comerciais, são outro instrumento importante para garantir a eficácia da política cambial, por meio dela o governo fixa quotas, tarifas, regime de proteção a barreiras não tarifárias, além dos subsídios destinados a produtores com o incentivo a exportação. As quotas são restrições quantitativas que o gover impõe às importações de determinados estrangeiros a fim de proteger sua produção nacional, se faz junto também com as tarifas que são cobradas pelo governo sobre os produtos estrangeiros a fim de elevar seu preço de venda no mercado interno e assim proteger os produtos nacionais, as barreiras não tarifárias são regulamentações impostas pelo governo que discriminam os bens estrangeiros em favor dos nacionais e por fim os subsídios as exportações, são uma ajuda aos fabricantes nacionais de determinados bens para que eles possam exportá-los a preços mais baixos e competitivos.

Outro instrumento de suma importância, é como o governo lida com o tratamento de capitais estrangeiros, e como se impõe por meio de condições tanto de remessa quanto de ingresso de lucro.

As contas que referem aos bens, serviços e capitais intercambiados entre dois países diferentes serão expressas no Balanço de Pagamentos.

O Balanço de Pagamentos é o registro sistemático das transações econômicas ocorridas durante determinado tempo entre os residentes de um país e os residentes do resto do mundo. (MOCHÓN, 2006, p. 215).

A estrutura do Balanço de Pagamentos contará com as transações correntes (mercadorias, serviços, rendas e transferências unilaterais), com a conta de Capital (transferências de capitais, patentes e direitos autorais) e com a conta financeira (investimentos diretos, de carteira e variação das reservas), desta forma o país saberá como administrar da melhor maneira a paridade da taxa de câmbio e a influencia delas sobre o nível de exportação e importação, e qual política comercial será melhor para diminuir os desvios caso as importações sejam maiores que as exportações.

3. POLÍTICA FISCAL TRIBUTÁRIA

O objetivo deste trabalho e necessariamente neste capítulo é observar e analisar como funciona o instrumento de macroeconomia denominado, política fiscal nos sucessivos países; Brasil e Espanha. Diante do que foi apresentado no capítulo anterior sobre essa política, que abrange o orçamento do governo e na arrecadação de impostos, será analisado e comparado somente a carga tributária de ambos os países.

3.1 TRIBUTOS

Conforme os termos do Código Tributário Nacional (CTN), de acordo com a lei nº 5.172/1966

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. [art.3º/lei nº5.172/1966]

Em relação ao exposto acima, o autor Brogini (2010) descreve, que os tributos em primeiro lugar tem caráter pecuniário, pois se trata de uma obrigação de recolher aos cofres públicos determinado valor em dinheiro, em segundo a prestação é compulsória, ou seja, as pessoas não pagam tributos por vontade própria, mas porque é imposto por lei.

A Constituição diz respeito aos tributos, que esses caracterizam como: impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e contribuições sociais.

O imposto tem por hipótese de incidência, um fato qualquer que não diga respeito a um atuação específica do Poder Público, ou seja, para que seja instituído e cobrado, não é necessário oferecer uma contrapartida específica para o contribuinte.

As taxas são contrárias ao imposto, é uma obrigação que decorre da realização de uma atividade estatal que esteja especificamente relacionada ao contribuinte, ou seja, cobrar taxas de iluminação públicas.

As contribuições de melhoria e sociais, a primeira por sua vez diz respeito a um tipo de tributo que surge a partir do momento em que o Estado, por meio da obra pública, provoca uma valorização imobiliária, ou seja, aumenta o valor do mercado de imóveis localizados na proximidade (ex: construção de uma nova linha no metrô, valoriza os imóveis acerca, e assim o Estado poderá cobrar sobre essa situação a contribuição de melhoria). As contribuições Sociais são um tipo de tributo que está relacionado as transferências feitas pelo Estado na economia, também nas transferências realizadas aos indivíduos de caráter pessoal, econômico e até mesmo profissional e por fim na seguridade social (previdência).

Quanto aos empréstimos compulsórios, a União mediante a lei complementar, poderá instituí-los para atender as despesas extraordinárias, decorrente de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

A expressão dos impostos estará refletida na carga tributária, no cálculo da Carga Tributária, busca-se aferir o fluxo de recursos financeiros direcionado da sociedade para o Estado que apresente características econômicas de tributo, independentemente de sua denominação ou natureza jurídica.

3.1.1 Carga Tributária- Brasil

Em geral de acordo com dados da Receita Federal do Brasil, consideram-se no cálculo da Carga Tributária Brasileira (CTB) os pagamentos compulsórios (definidos em lei) realizados por pessoas físicas e jurídicas, inclusive as de direito público, para o Estado, excluindo-se aqueles que configurem sanção, penalidade ou outros acréscimos legais. A CTB é organizada em seis categorias, dezessete subcategorias, doze itens e noventa e sete subitens, que facilitam identificar através da numeração determinada carga tributária. (Ver anexo A)

3.1.2 Carga Tributária- Espanha

A carga tributária da Espanha é publicada pelo órgão denominado Agência Tributária, por meio da publicação do Informe Anual de Arrecadação Tributária. (disponível em: <https://www.agenciatributaria.es/>)

De acordo com o Informe Anual de Arrecadação Espanhol diferente do que é publicado no Brasil pela Receita Federal, este utiliza-se de um método de análise que não só demonstra os ingressos tributários em questão de caixa para o Estado, mas analisa também os impostos acumulados obtidos por agregação das declarações dos contribuintes e também mostra os direitos reconhecidos pelo Estado detalhadamente diante de cada tributo ingressado. Neste trabalho caberá a comparação do montante de ingressos de tributos que ingressam ao Estado, para que seja possível relacionar ambas cargas tributárias. Os Tributos espanhóis são divididos mais simplificada em:

Impostos Diretos: esses incidem diretamente sobre a renda das pessoas de forma individual ou coletiva.

- Imposto de renda das pessoas físicas;
- Imposto de renda sobre as sociedades (pessoa jurídica);
- Imposto de renda de não residentes espanhóis;
- Ambientais;
- Sobre sucessões e doações;
- Sobre patrimônio;
- Sobre declarações tributárias especiais;

Impostos Indiretos: esses incidem de maneira generalizada sobre o consumo ou despesa dos indivíduos.

- Imposto sobre o valor adicionado (IVA) (aplicados sobre importações, operações interiores, pymes, grandes empresas e resto)

Impostos Especiais: incidem sobre determinados tipos de bens e serviços de forma específica.

- Álcool e bebidas derivadas
- Cerveja

- Produtos Intermediários
- Eletricidade
- Carbono
- Tabaco
- Prêmios de seguro
- Tráfego exterior
- Atividades de jogo
- Gases fluorados

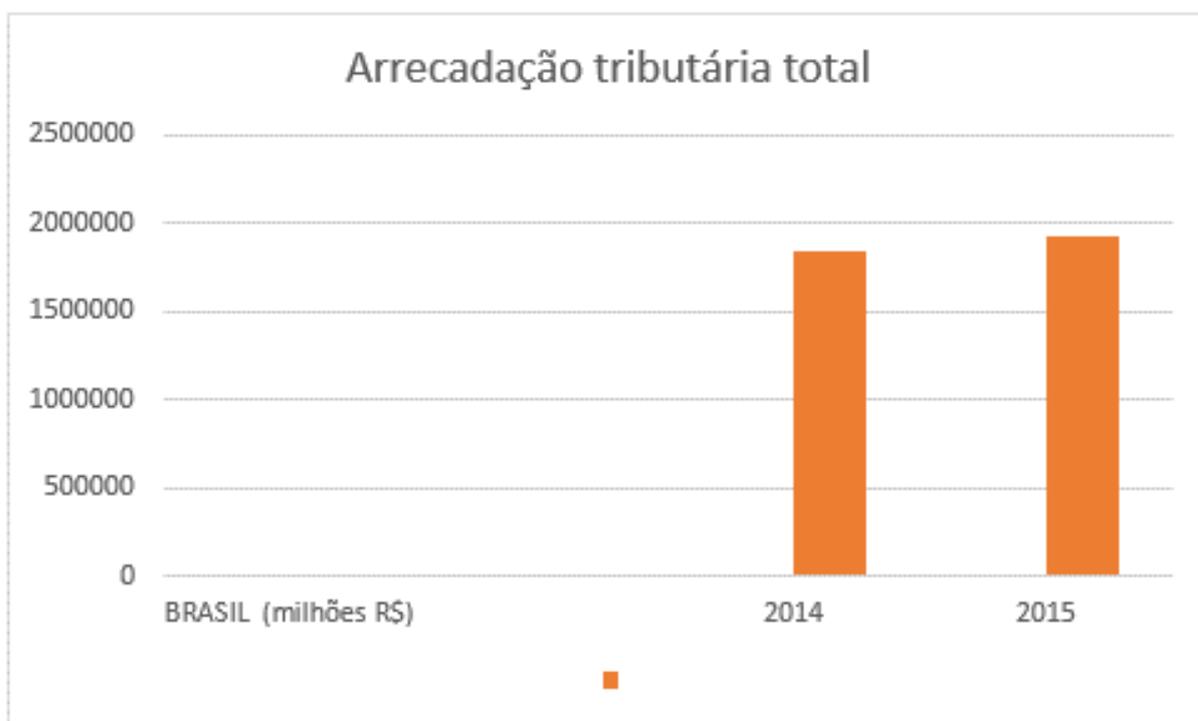
E por fim, as Taxas e outros Ingressos:

- Taxa radioelétrica
- Taxa aplicada sobre o tratamento de água
- Sanções tributárias

4.1.3 Comparação dos Tributos entre Brasil e Espanha

Para comparar as cargas tributárias entre os dois países, foi analisado o período de 2014 e 2015, é importante também ressaltar que na comparação entre os tributos, foram escolhidos aqueles que são comum entre os dois países, foram eles: os impostos que recaem sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas, os impostos especiais como taxas de eletricidade ,tabaco e bebidas e impostos sobre o patrimônio. Analisará também os efeitos da carga tributária em cada país e a participação que a carga tributária exerce sobre o PIB e seu crescimento.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB brasileiro no ano de 2015 apresentou uma redução real de 3,8%, essa foi resultado do recuo de 3,3% do valor adicionado a preços básicos e da contração de 7,3% nos impostos sobre os produtos líquidos de subsídios, a carga tributária total em relação ao ano anterior (2014) obteve um acréscimo de 0,12%, dentre os tributos que mais contribuíram para este aumento foram; Imposto sobre a renda, FGTS, IOF e o Cide Combustíveis.

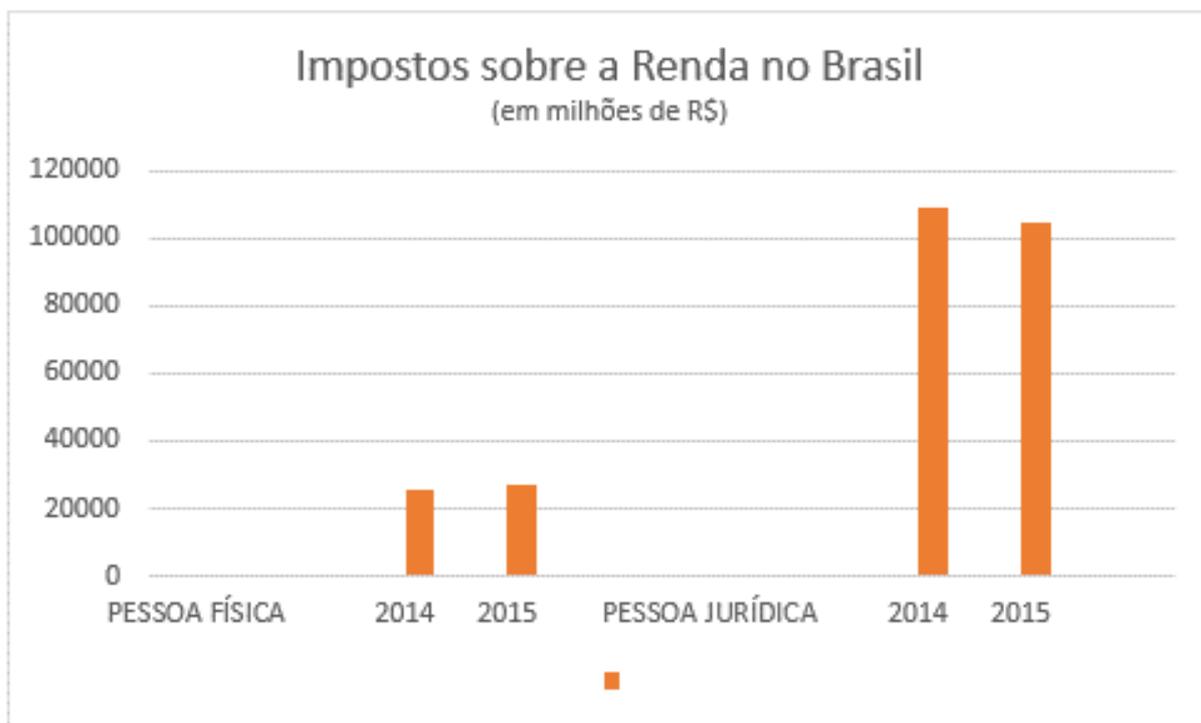
Figura 6 – Gráfico da arrecadação tributária total – Brasil 2014 - 2015

Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

A arrecadação total brasileira em 2015 foi de 1.928.182,85 milhões de reais contra 1.843.860,49 milhões de reais em 2014. Analisando a evolução horizontal de 2014 pra 2015 a arrecadação total tributária do Brasil cresceu 4,5 % o que mostra um considerável aumento devido ao que o Ministro da Fazenda Joaquim Levy determinou como medida de “equilíbrio fiscal” em resposta aos efeitos da crise econômica que o Brasil enfrentava, através dessas medidas o Ministro buscou aumentar a confiança da economia brasileira, afim de estimular o investimento.

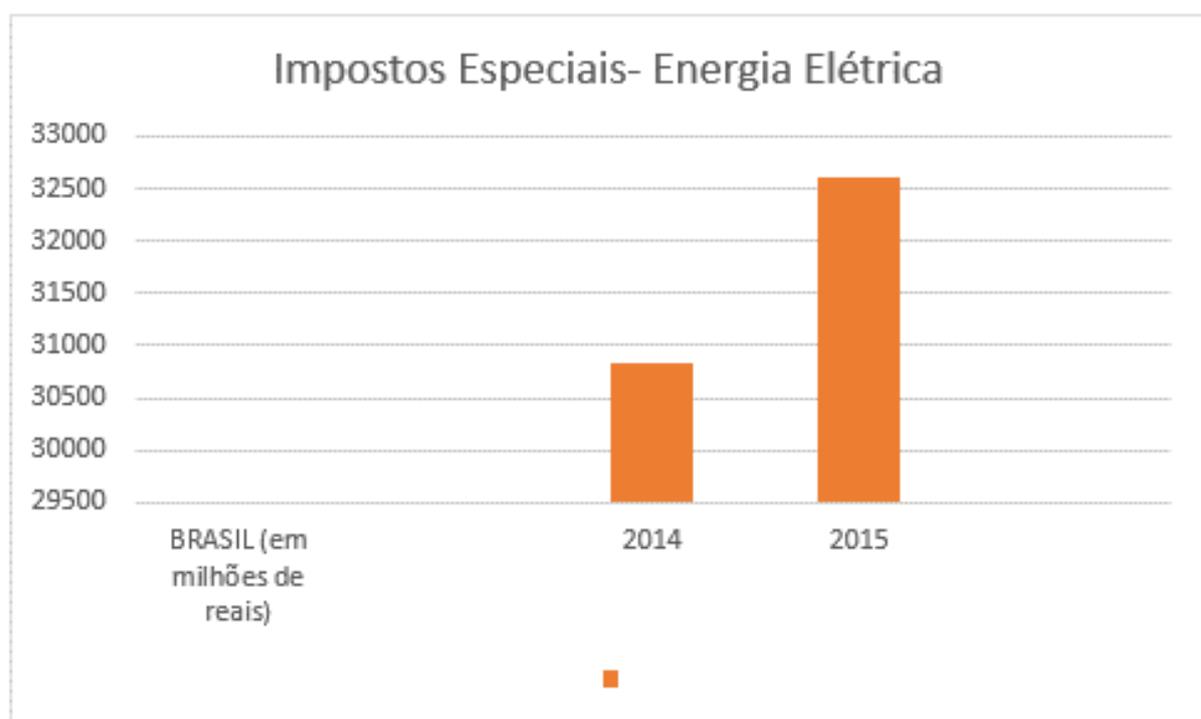
Com relação ao imposto de renda brasileiro aplicado sobre pessoa física, no ano de 2015 contabilizou 27.198,66 milhões de reais frente a 25.782,09 milhões de reais em 2014. Sobre pessoa jurídica obteve o ingresso de 104.910,17 milhões de reais em 2015 e 109.019,96 milhões de reais em 2014. Na análise horizontal o imposto aplicado sobre a renda das pessoas físicas cresceram 5,4% enquanto o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas teve uma queda de 3,7% do total arrecado em 2014. Dados no gráfico abaixo.

Figura 7 – Gráfico do imposto sobre renda pessoa física e jurídica – Brasil 2014 - 2015



Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

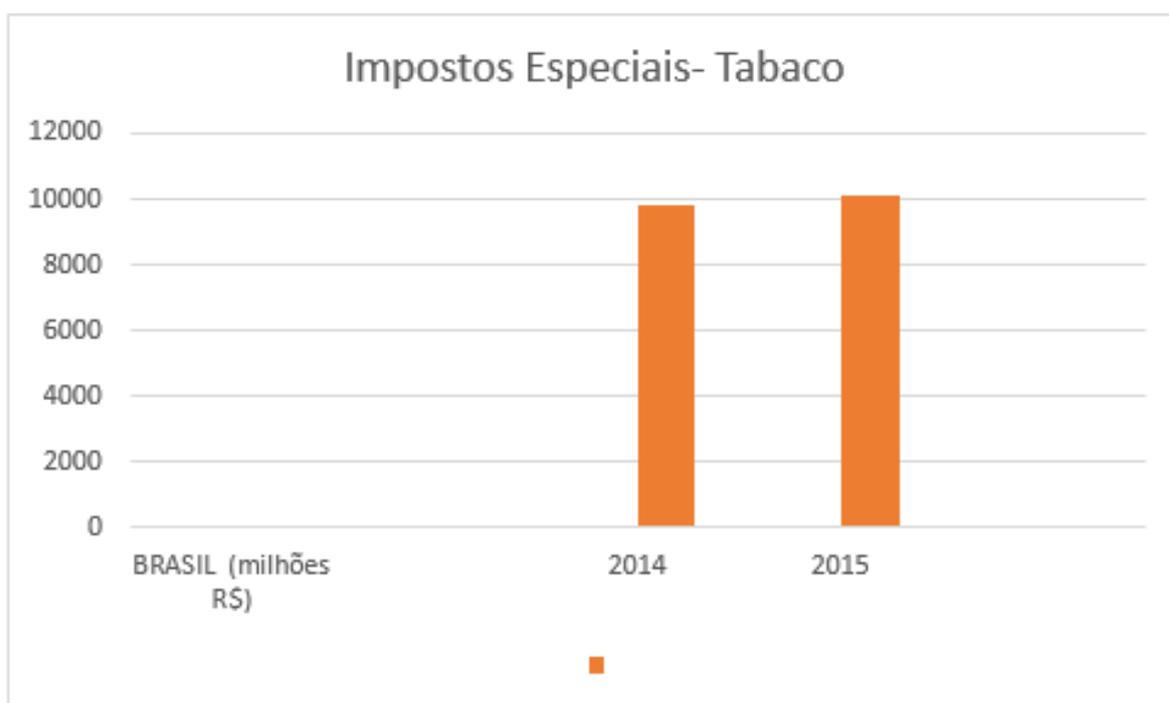
Figura 8 – Gráfico dos impostos especiais – energia elétrica - Brasil 2014 - 2015



Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

Dos impostos caracterizados como especiais, o imposto cobrado sobre o fornecimento de energia elétrica no Brasil, contou com 32.619,52 milhões de reais em 2015, enquanto no ano de 2014 contabilizou 30.828,74. Diante da análise horizontal feita entre os dois anos em questão, o imposto denominado especial que recai sobre o consumo de energia elétrica no Brasil, cresceu consideravelmente atingindo o valor de 5,8% em relação ao ano anterior (2014).

Figura 9 – Gráfico dos impostos especiais - tabaco – Brasil 2014 – 2015



Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

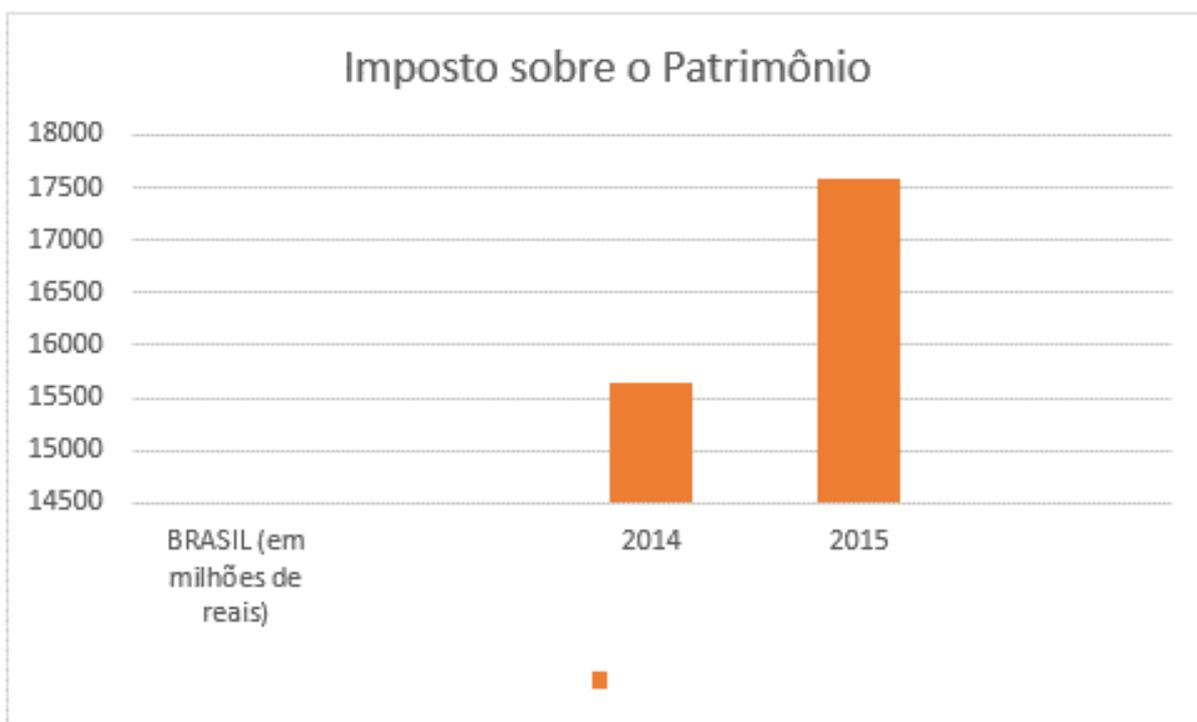
A incidência sobre o tabaco contou com 10.091,88 milhões de reais em 2015 frente a 9.846,48 milhões de reais em 2014, a análise horizontal feita entre os dois anos mostra que o aumento do imposto sobre o tabaco alcançou 2,4 % em relação ao ano de 2014.

Figura 10 – Gráfico dos impostos especiais – Brasil 2014 - 2015

Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

Das bebidas, contabilizou em 2015 o valor de 16.118,25 milhões de reais e 16.177,43 milhões de reais em 2014. Na análise horizontal feita em relação aos impostos sobre as bebidas comercializadas no Brasil, essa obteve um decréscimo de 0,3%, um valor não muito considerável, porém no ano de 2015 o setor de bebidas foram um dos principais que conservaram e mantiveram intactos na economia brasileira, frente a crise que enfrentou. De certa forma esse decréscimo pode ter contribuído para essa situação.

Para o imposto cobrado sobre o patrimônio, em 2015 foi de 17.575,28 milhões de reais e em 2014 15.648,59 milhões de reais. Na análise horizontal feita entre os dois anos apresentados, o valor do imposto sobre o patrimônio no Brasil cresceu a um valor muito alto, contabilizando 12,3% em relação ao ano anterior (2014). Abaixo pode-se afirmar no gráfico.

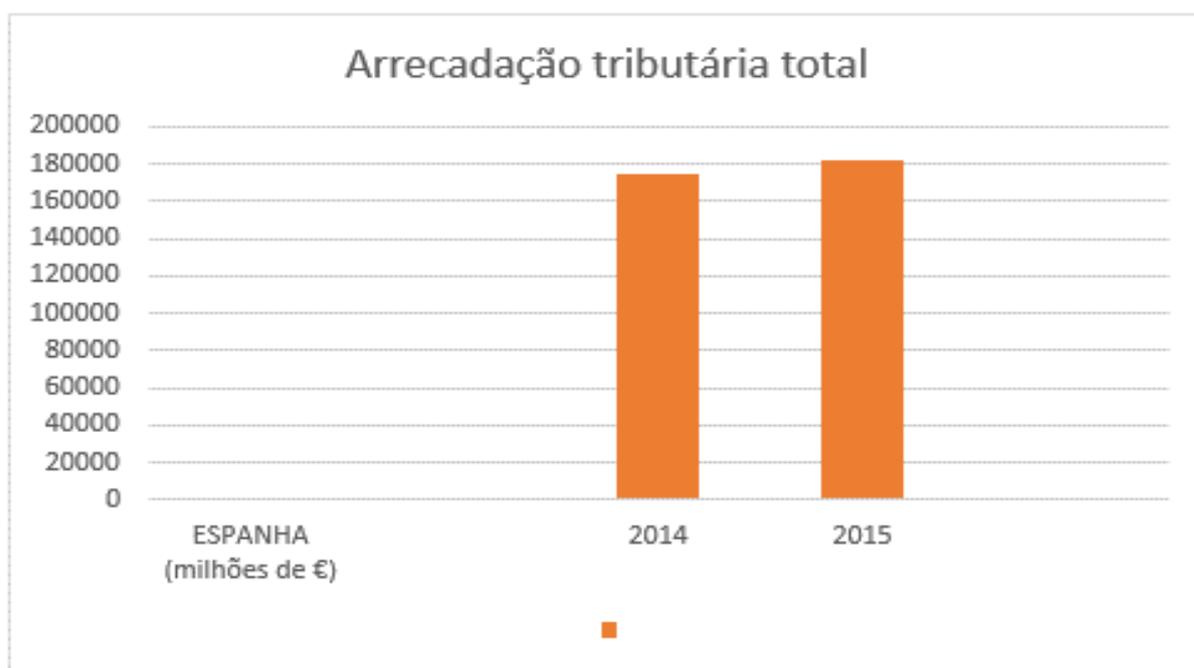
Figura 11 – Gráfico do imposto sobre patrimônio – Brasil 2014 - 2015

Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

Na Espanha, segundo os dados da Agência Tributária em 2015 os ingressos totais geraram um crescimento no PIB de 4%, o aumento da arrecadação produziu um retorno econômico favorável que acelerou a atividade econômica e o emprego.

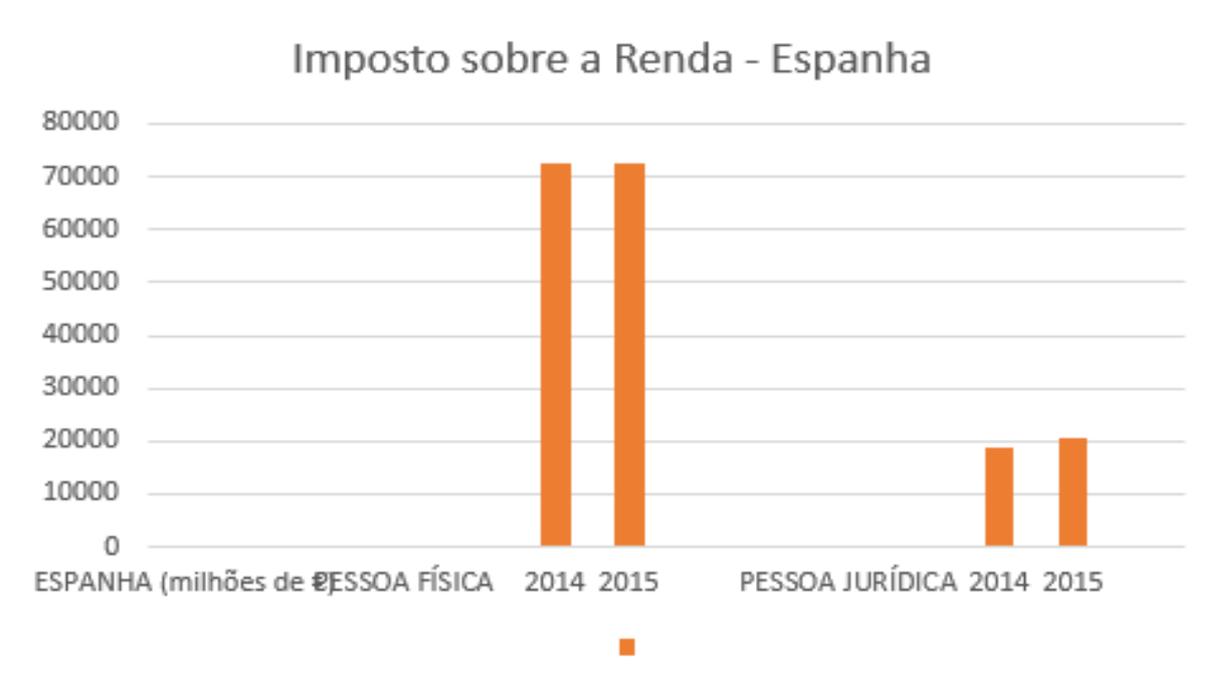
Dos ingressos totais em 2015 se contabilizou 182.009 milhões de euros frente a 174.987 milhões de euros em 2014. Diante da análise horizontal os dados monetários apresentados no período analisado em relação a arrecadação total de ingressos tributários espanhóis, esses contabilizaram um crescimento de 4% em comparação ao ano anterior. Deve-se ao fato das políticas econômicas adotadas pelo setor público espanhol que aumentaram a arrecadação de tributos a fim de estimular a economia. Observa-se no gráfico abaixo.

Figura 12 – Gráfico da arrecadação tributária total – Espanha 2014 - 2015



Fonte: Agencia Tributaria (2015)

Figura 13 – Gráfico dos imposto sobre a renda – Espanha 2014 - 2015



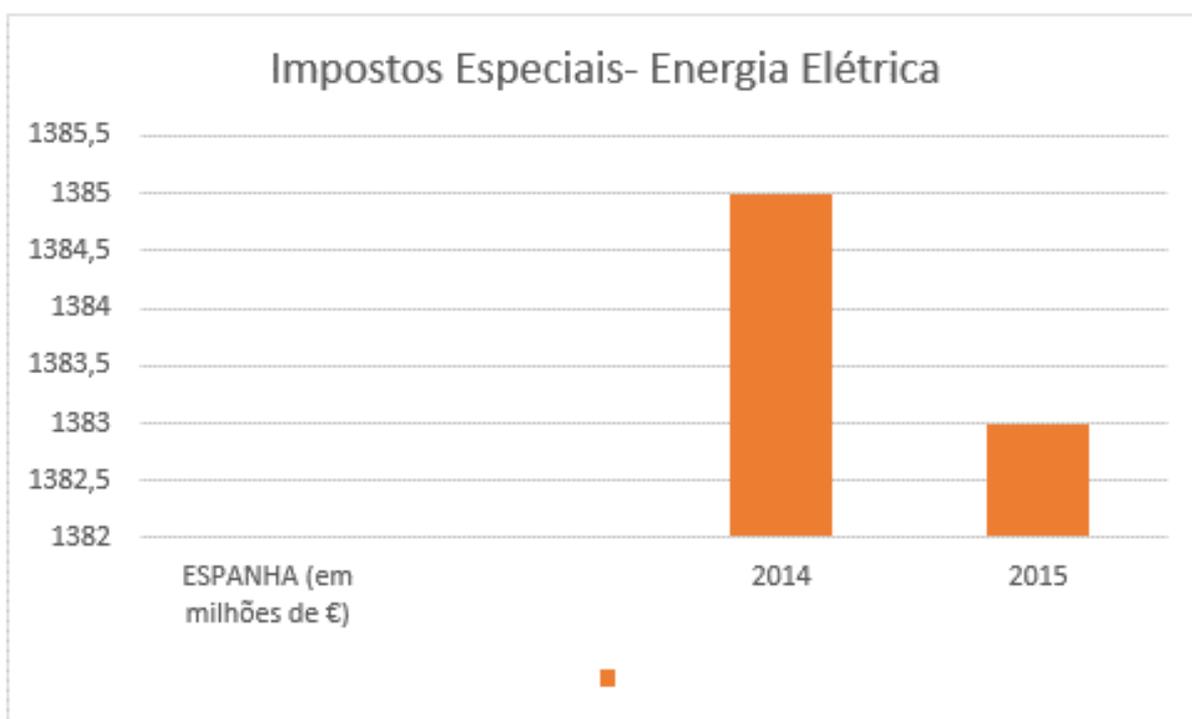
Fonte: Agencia Tributaria (2015)

O imposto aplicado sobre a renda das pessoas físicas atingiu o valor de 72.346 milhões de euros em 2015, enquanto em 2014 obteve o valor de 72.662 milhões de reais. Sobre a pessoa jurídica os valores foram de 20.649 milhões de euros

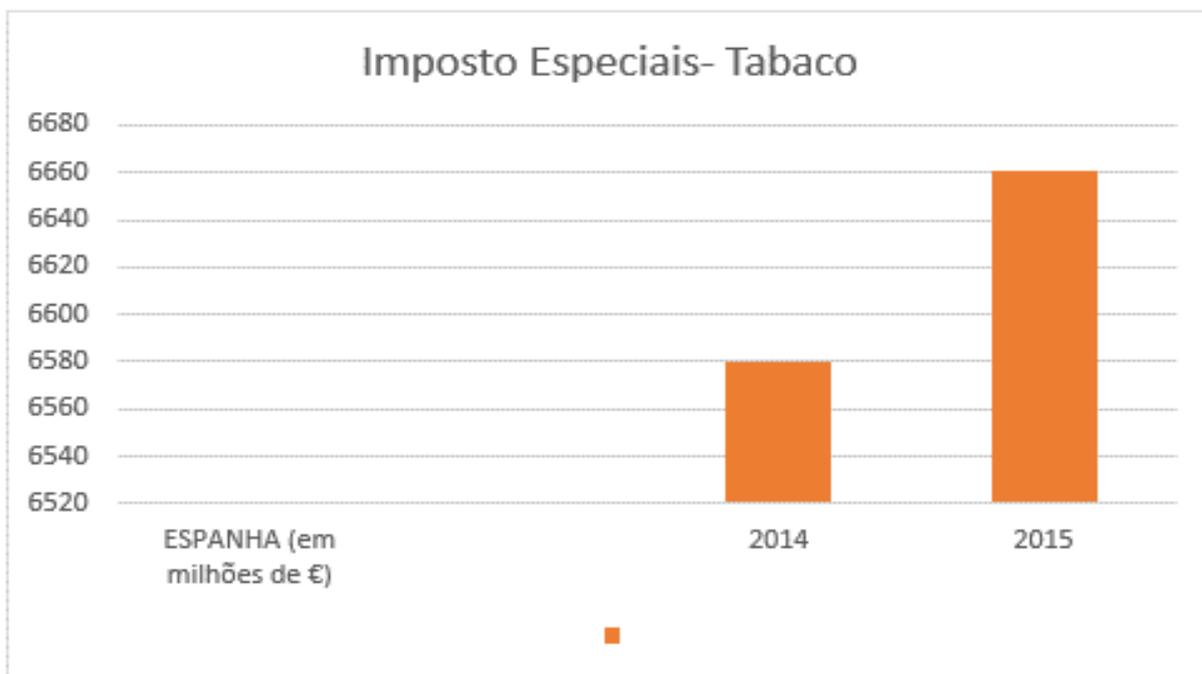
em 2015 e 18.713 milhões de euros em 2014. Na análise horizontal feita a partir da arrecadação de impostos sobre a renda das pessoas físicas, essa apresentou um decréscimo de 0,43% em relação a 2014, enquanto que o imposto cobrado sobre a renda das pessoas jurídicas aumentaram consideravelmente 10,3% em comparação ao ano de 2014.

Figura 14 – Gráfico dos impostos especiais – energia elétrica – Espanha 2014 - 2015

Fonte: Agencia Tributaria (2015)

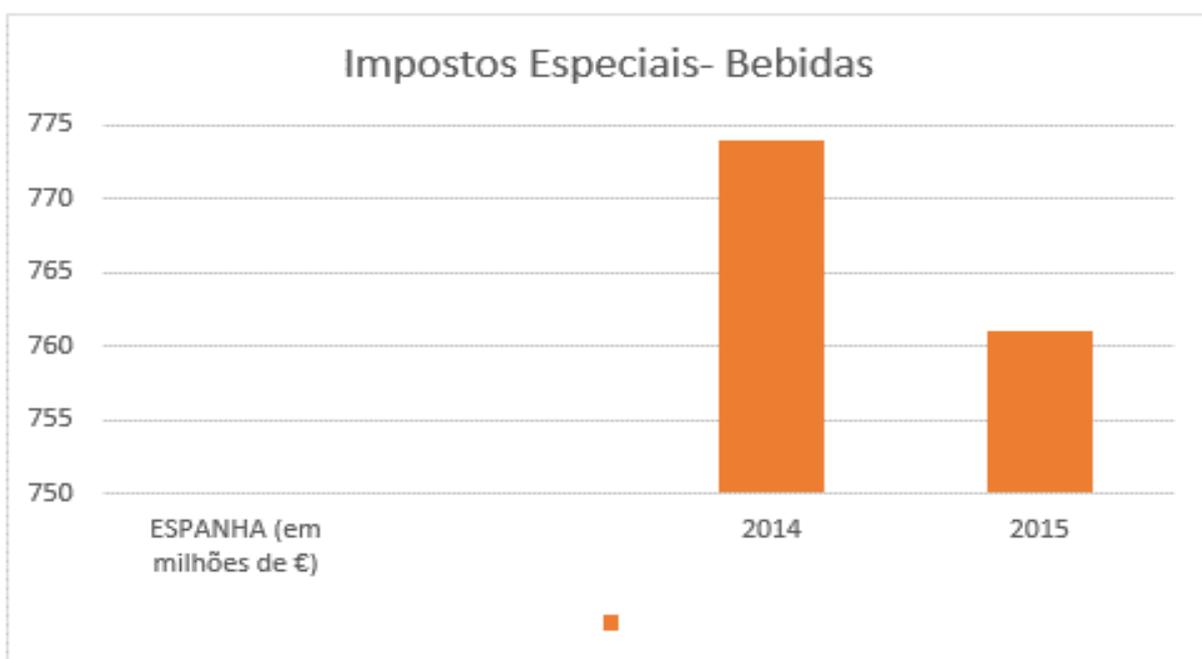


Dos impostos especiais sobre o consumo de energia elétrica em 2015 contabilizou 1.383 milhões de euros frente a 1.385 milhões de euros em 2014. Diante da análise horizontal feita sobre os impostos especiais espanhóis, neste caso sobre o consumo de energia elétrica, houve um decréscimo de 0,14%, que de certa forma pode ser parte das políticas econômicas adotadas pelo setor espanhol com a finalidade de estimular principalmente as empresas a produzirem de maneira mais barata e assim conseguir manter o plano inicial de crescer a economia.

Figura 15 – Gráfico dos impostos especiais – tabaco – Espanha 2014 – 2015

Fonte: Agencia Tributaria (2015)

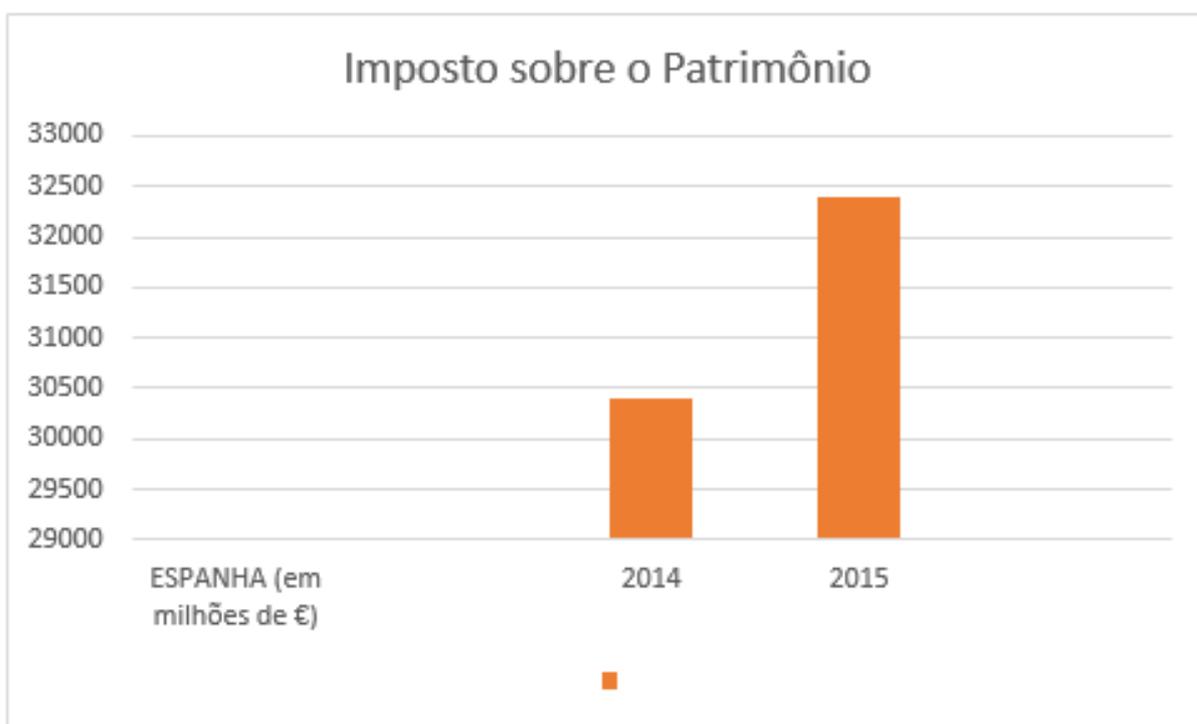
O imposto sobre o tabaco contabilizou 6.661 milhões de euros em 2015 e 6.580 milhões de euros em 2014. Na análise horizontal, os valores referentes ao imposto aplicado sobre o tabaco, contabilizou um crescimento de 1,2%.

Figura 16 – Gráfico dos impostos especiais – bebidas – Espanha 2014 – 2015

Fonte: Agencia Tributaria (2015)

Sobre as bebidas, a arrecadação em 2015 foi de 761 mil euros frente a 774 mil euros em 2014. Na análise horizontal frente ao imposto aplicado sobre o setor de bebidas, houve uma queda de 1,6% em relação ao ano anterior em questão.

Figura 17 – Gráfico dos imposto sobre o patrimônio – Espanha 2014 - 2015

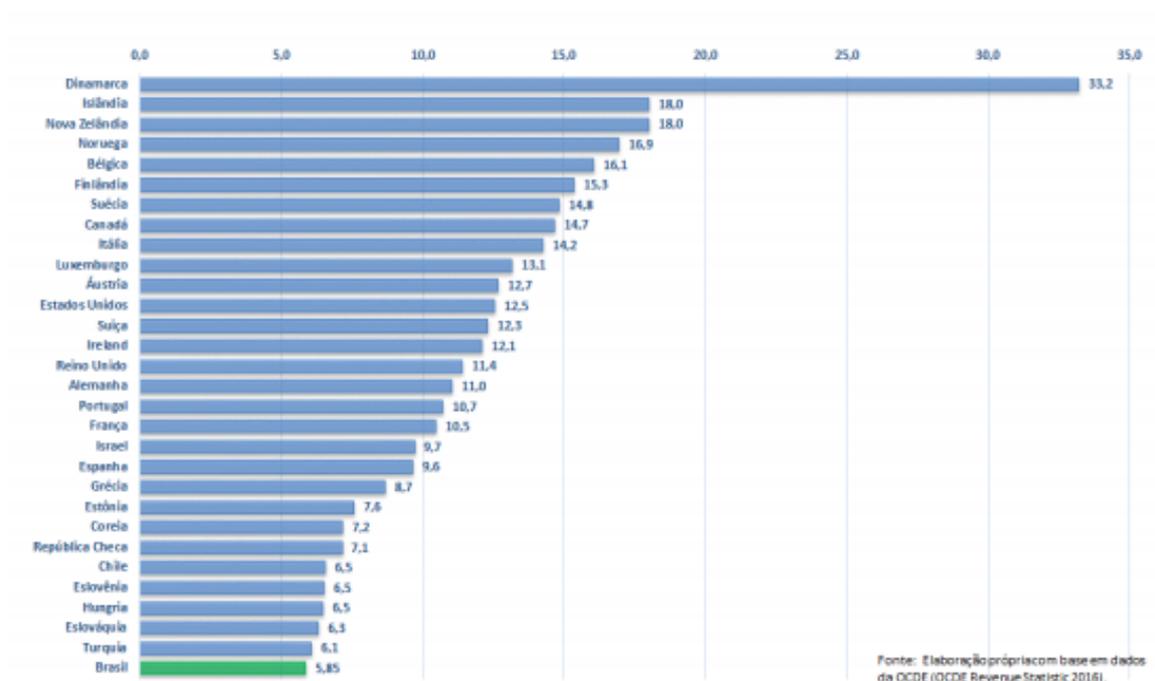


Fonte: Agencia Tributaria (2015)

O imposto aplicado sobre o patrimônio contabilizou 32.390 milhões de euros e 30.410 milhões de euros em 2014. Feita a análise horizontal sobre o imposto aplicado ao patrimônio, houve um considerável aumento totalizando 6,5% em relação ao ano de 2014.

Como já descrito foram comparados entre Brasil e Espanha, os impostos que são incomuns em ambos países, de maneira geral a baixo com os gráficos da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) pode se obter a explicação mais precisa entre a relação deles.

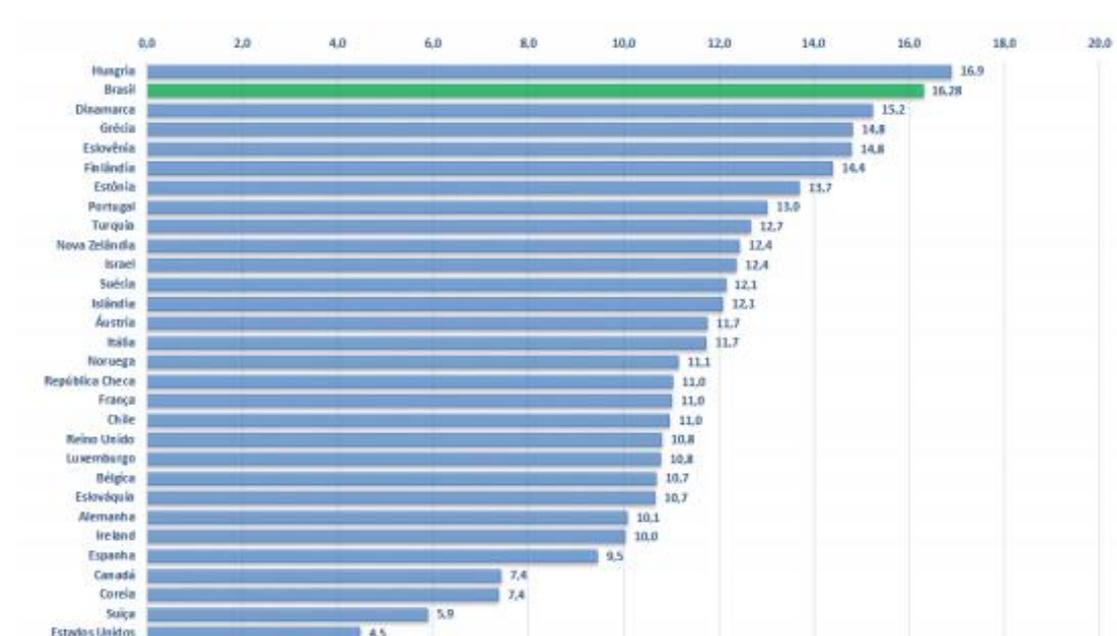
Figura 19 – Gráfico incidência sobre a renda, lucro e ganho de capital



Fonte: Receita Federal (dados da OCDE/2015)

Em relação aos lucros, renda e ganho de capital que se relaciona com pessoas jurídicas a Espanha apresenta valor maior, contabilizando 9,6 enquanto o Brasil totaliza 5,85 do total de 35 disponibilizado pela OCDE.

Figura 21 – Gráfico incidência sobre bens e serviços



Fonte: Receita Federal (dados da OCDE/2015)

O Brasil é vencedor nos impostos relacionados a bens e serviços tomando o segundo lugar no ranking apresentado pela OCDE, com um total de 16,28 no total de 20, enquanto a Espanha contabiliza 9,5 desse total.

Tabela 3 – Análise horizontal dos impostos entre Brasil e Espanha no período de 2014-2015

País	Brasil	Espanha
Arrecadação Total	4,5%	4%
IRPF	5,4%	-0,43%
IRPJ	-3,7%	10,3%
Energia Elétrica	5,8%	-0,14%
Tabaco	2,4%	1,2%
Bebidas	-0,3%	-1,6%
Patrimônio	12,3%	-6,5%

De acordo com os dados apresentados nos gráficos anteriores disponibilizados pela Receita Federal do Brasil e pela Agencia Tributaria da Espanha pode se dizer que em relação a arrecadação de impostos relacionados a pessoa jurídica a Espanha é vencedora na tributação e o Brasil vence na tributação entre bens e serviços. Os demais impostos em comum analisados antes já vistos podem confirmar os dados apresentados pela OCDE

ANEXO A

Carga Tributária do Brasil : (disponível em <https://idg.receita.fazenda.gov.br/>)

Primeira Categoria: Tributos sobre a Renda: calculados com base na renda das pessoas físicas ou jurídicas. As subdivisões desta categoria são: impostos devidos pelas pessoas físicas, impostos e contribuições devidos por pessoas jurídicas e retenções não alocáveis.

- Pessoas Físicas: calculados os com base na renda das pessoas físicas, inclusive as retenções efetuadas pelas fontes pagadoras. São computadas nesta subcategoria as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Imposto de Renda das Pessoas Físicas – ajuste;
 - Imposto de Renda Retido na Fonte – Trabalho Assalariado União;
 - Imposto de Renda Retido na Fonte – governos estaduais, suas fundações e autarquias;
 - Imposto de Renda Retido na Fonte – governos municipais, suas fundações e autarquias; e
 - Contribuição s/ Receitas de Concursos e Prognósticos
- Pessoas Jurídicas: impostos ou contribuições calculadas com base no resultado das pessoas jurídicas. São computadas nesta subcategoria as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (regime do lucro real)
 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (regime do lucro real). Esta subcategoria não compreende os tributos que, independentemente de sua denominação, sejam calculados direta ou indiretamente com base na receita bruta, folha de salários ou outra proxy do resultado da empresa. Nesse caso, deve-se proceder à análise de aderência para o correto enquadramento. Estão nessa situação, dentre outras, as seguintes rubricas: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (Simples e lucro presumido), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Simples e lucro presumido) e contribuição previdenciária

sobre a receita bruta, os quais estão classificados em Tributos sobre bens e serviços – Gerais

- Retenções Não Alocáveis. Esta subcategoria, que inclui a arrecadação de todas as retenções a título de imposto de renda que não sejam passíveis de alocação entre pessoas físicas e jurídicas, subdivide-se nos seguintes subitens:
 - Imposto de Renda Retido na Fonte – Não Residentes.
 - Imposto de Renda Retido na Fonte – Capital; e
 - Imposto de Renda Retido na Fonte – Outros

Segunda Categoria: Tributos sobre a Folha de Salários. Esta categoria abrange os tributos que gravam diretamente a folha de salários, independente da destinação de sua arrecadação. As subdivisões desta categoria são: Previdência Social, Seguro Desemprego e outros. Esta subcategoria subdivide-se em: Empregador, Empregado, Autônomo e Demais Receitas Previdenciárias não Alocáveis.

- Empregador: contribuição dos empregadores, privados ou governamentais, para regimes de previdência pública. Os principais tributos alocados nesta subcategoria são:
 - Contribuição para o INSS – Cota Patronal;
 - Contribuição para a Seguridade Social do Servidor Público – Parcela Governo;
 - Previdência dos Estados – Parcela Governo; e
 - Previdência dos Municípios – Parcela Governo
- Empregado: contribuição de trabalhadores da esfera pública ou privada para regime de previdência social. São computadas neste item as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Contribuição para o INSS – Cota Empregado;
 - Contribuição para a Seguridade Social do Servidor Público – Parcela Servidor;
 - Previdência dos Estados – Parcela Servidor;
 - Previdência dos Municípios – Parcela Servidor;

- Fundo de Saúde Militar – Beneficiário;
 - INSS – Entidades filantrópicas.
- Autônomos: contribuição de trabalhadores autônomos para regime de previdência pública. Considera-se a arrecadação do seguinte tributo:
 - Contribuição para o INSS – Autônomo.
- Demais Contribuições Previdenciárias não Alocáveis: Contribuições previdenciárias que não são passíveis de enquadramento entre as categorias “empregador” e “empregado”. São computadas nesta subcategoria as arrecadações dos seguintes tributos:
 - INSS - Outras receitas.
 - Seguro Desemprego. Contribuições de empregadores ou empregados destinadas a garantir compensação financeira em caso de perda do emprego.
 - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Outros: caracteriza as demais incidências tributárias que recaiam diretamente sobre a folha de salários e não se enquadrem nas subcategorias de previdência social e seguro desemprego, ou não sejam passíveis de serem ali alocados. São computadas nesta subcategoria as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Contribuição para o Salário Educação;
 - Contribuições para o Sistema “S”;
 - PIS – folha de pagamento;
 - PASEP;
 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares;
 - Cota-parte da Contribuição Sindical;
 - Contribuição para o Ensino Aeroviário;
 - Contribuição para o Ensino Profissional Marítimo;
 - Contribuições Rurais;

- Contribuição Voluntária Montepio Civil; e
- Contribuição para o Fundo de Saúde - PMDF/BMDF

Terceira Categoria: Tributos sobre a Propriedade. Tributos que incidam sobre o uso, propriedade ou transferência de patrimônio de bens móveis e imóveis, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas. Não se incluem nesta categoria os impostos sobre os ganhos de capital decorrente da alienação de bens móveis e imóveis, os quais devem ser computados na categoria - Impostos sobre a Renda. Esta Categoria comporta as seguintes subcategorias: Propriedade Imobiliária Rural ou Urbana, Propriedade de Veículos Automotores e Transferências Patrimoniais.

- Propriedade Imobiliária Rural ou Urbana: tributos incidentes regularmente sobre a posse ou propriedade de bens imóveis calculados como um percentual do preço do bem. O tributo pode gravar terrenos ou o terreno e as edificações e melhorias a ele agregados. São computadas neste item as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Imposto Territorial Rural (ITR),
 - Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU).
- Propriedade de Veículos Automotores: se enquadram os tributos incidentes regularmente sobre a propriedade de veículos automotores, como carros, caminhões, motos, aeronaves, embarcações, etc. Computa-se nessa subcategoria a arrecadação do seguinte tributo:
 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- Transferências Patrimoniais: tributos que gravem a transferência de propriedade de bens móveis ou imóveis entre pessoas físicas ou jurídicas de forma onerosa ou não. Esta subcategoria abrange as incidências sobre alienação, doação, heranças, etc. São computadas nesta subcategoria as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD);
 - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Quarta Categoria: Tributos sobre Bens e Serviços: aplicados sobre a alienação, transferência, produção de bens ou prestação de serviços. Esta categoria compreende os tributos monofásicos ou multifásicos, os tributos sobre a receita ou faturamento aplicados em qualquer fase da cadeia produtiva, os tributos sobre o valor agregado, os tributos seletivos e os tributos aplicados no comércio exterior. As subcategorias são: Tributos Gerais, Tributos Seletivos, Tributos sobre o Comércio Exterior, Taxas de Prestação de Serviços e Poder de Polícia e Contribuições Sociais e Econômicas.

- Tributos Gerais: tributos, excetuados os incidentes exclusivamente nas operações de comércio exterior, que gravem de forma geral as transações de bens e/ou serviços produzidos internamente ou importados, independentemente da forma da incidência ou da etapa em que é cobrado. Enquadram-se nesta subcategoria os tributos não-cumulativos (valor agregado), cumulativos, monofásicos, etc., desde que tenham a característica de larga abrangência. Essa subcategoria desdobra-se nos seguintes itens: Tributos Não Cumulativos e Tributos Cumulativos.
- Tributos Não Cumulativos: Tributos de base ampla, que visam gravar o valor agregado e, portanto, dispõem de mecanismos que possibilitam a desoneração, nas etapas posteriores, dos tributos pagos nas etapas anteriores. No caso de bens ou serviços que, na regra da tributação não cumulativa, sujeitem-se a alíquotas superiores à modal, a parcela da arrecadação a eles correspondente, sempre que identificável, deve ser imputada à subcategoria Tributos Seletivos. São computadas neste item as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Telecomunicações (ICMS), exceto as parcelas alocáveis como Tributos Seletivos;
 - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), exceto as parcelas alocáveis como Tributos Seletivos (4200);

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Não Cumulativo (Cofins-NC); e
 - Contribuição para o Programa de Integração Social – Não Cumulativo (PIS-NC).
-
- Tributos Cumulativos: tributos, de base ampla, que incidem sobre transações de bens e serviços de forma plurifásica ou monofásica e que não possuem mecanismos de compensação, nas etapas posteriores, do tributo pago na(s) etapa(s) anterior(es). Estão sujeitos, portanto, ao fenômeno da incidência em cascata. Incluem-se nesta subcategoria os tributos que incidem direta ou indiretamente sobre a receita, os tributos monofásicos não seletivos e não compensáveis e outros com características similares. São computadas neste item as arrecadações dos seguintes tributos:
 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cumulativo (Cofins-C);
 - Contribuição para o Programa de Integração Social – Cumulativo (PIS-C);
 - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional);
 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do regime de tributação do Lucro Presumido (CSLL-LP);
 - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas do regime de tributação do Lucro Presumido (IRPJ-LP); e
 - Imposto sobre Serviços (ISS).
 - Tributos Seletivos :tributos, de base restrita, aplicados sobre bens ou serviços específicos, seja de forma cumulativa ou não. Sempre que a regra de um tributo geral estabelecer alíquotas majoradas para determinados bens ou serviços, a parcela da arrecadação

correspondente à incidência sobre esses bens e serviços dever ser incluída nesta subcategoria. As receitas de IPI, ICMS e CIDE Combustíveis são alocadas conforme o bem ou serviço gravado, da seguinte forma:

Automóveis, composto de:

- IPI automóveis;
- ICMS automóveis.

Bebidas, composto de:

- IPI bebidas;
- ICMS bebidas.

Combustíveis, composto de:

- CIDE combustíveis;
- ICMS combustíveis.

Energia Elétrica, composto de:

- ICMS energia elétrica.

Tabaco, composto de:

- IPI tabaco;
- ICMS tabaco.

Telecomunicações, composto de:

- ICMS telecomunicações.

- Tributos sobre o Comércio Exterior: incidem exclusivamente sobre a compra e venda de produtos originários ou destinados ao exterior. Trata-se, pois, de incidências que ocorrem unicamente nas operações de importação e exportação, não gravando operações no mercado interno. Os tributos que incidem nas operações de importação e exportação, mas que, igualmente, gravam os bens e serviços nacionais devem ser enquadrados nas demais subcategorias de Tributos Gerais, conforme as características de

cada um. São computadas nesta subcategoria as arrecadações dos seguintes tributos:

- Imposto de Importação (II); e
- Imposto de Exportação (IE).
- Taxas de Prestação de Serviço e de Poder de Polícia. Inclui-se nesta subcategoria as taxas federais e os tributos estaduais e municipais não enquadrados nos impostos elencados na Constituição Federal como sendo de competência desses entes. Compõem esta subcategoria:
 - Taxas federais;
 - Outros tributos estaduais;
 - Outros tributos municipais.
- Contribuições Previdenciárias: inclui-se nesta subcategoria, as contribuições para o INSS que não incidem sobre a folha de salários.
 - Contribuição Previdenciária sobre o faturamento;
 - INSS – Comercialização da produção rural; e
 - INSS - Clubes de futebol.

Outras Contribuições Sociais e Econômicas. Inclui-se nesta subcategoria, as diversas contribuições sociais e econômicas incidentes sobre a comercialização de bens e a prestação de serviços, não enquadradas nas subcategorias anteriores. Esta subcategoria desdobra-se nos seguintes subitens:

- Rec. partic. seguro DPVAT;
- Adicional ao frete para renovação da marinha mercante – ARFMM;
- Contribuição de intervenção no domínio econômico, devida pela PJ detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como aquela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia, firmados com residentes ou domiciliados no exterior (CIDE Remessas);

- Contribuição sobre a Receita de Empresas de Telecomunicações;
- Contribuição sobre a receita de permissionários e concessionários de energia elétrica;
- Receita de distrib. audiov. por prestador de serviço;
- Contribuição sobre as lojas francas, entrepostos aduaneiros e recintos alfandegados;
- Contribuição sobre o faturamento de empresas de informática.
- Contribuição sobre selos especiais de controle;
- Contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional – CONDECINE;
- Contribuição sobre a arrecadação de fundos de investimentos regionais;
- Contribuição para o fomento da radiodifusão pública;
- Contribuição sobre apostas em competições hípcas; e
- Contribuição sobre jogos de bingo.

Quinta categoria: Tributos sobre Transações Financeiras: incidem sobre operações financeiras de toda natureza. Incluem-se nesta categoria os tributos sobre débitos e créditos bancários, sobre compra e venda de moedas estrangeiras, sobre a emissão, transferência, compra e venda de títulos e valores mobiliários, sobre operações de crédito, dentre outros. Nesta categoria, há uma subcategoria:

- Tributos sobre Débitos e Créditos Bancários, composto de:
 - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF.
- Outros: demais tributos que gravem transações financeiras, como os incidentes sobre compra e venda de moedas estrangeiras, sobre a emissão, transferência, compra e venda de títulos e valores mobiliários, sobre operações de crédito, etc. Considerou-se nesta subcategoria o seguinte item:

- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF).

Sexta Categoria: Outros Tributos. Compreendem os tributos que incidem em bases distintas daquelas descritas nas categorias 1, 2,3, 4 e 5 ou que não possam ser considerados como predominantemente pertencentes a uma dessas categorias. Caso um tributo incida em mais de uma base e seja possível desagregar a arrecadação segundo cada uma delas, as parcelas de receitas foram apropriadas segundo a base correspondente. Caso não seja possível e não haja predominância de determinada base, a arrecadação integral foi alocada nesta categoria. Dentre outros, são computadas nesta categoria as arrecadações dos seguintes tributos:

- Receita da Dívida Ativa outros tributos e contribuições;
- Adicional sobre passagens aéreas domésticas;
- Contribuição para o PIN – Programa de Integração Nacional;
- INSS – Financiamento Estudantil – FIES;
- Contribuição para o PROTERRA;
- Reserva Global de Reversão
- Outras Contribuições Sociais;
- Outras Contribuições Econômicas;
- Contribuição para o ensino fundamental

CONCLUSÃO

Conclui-se com o que foi descrito, analisado e comparado no decorrer desse trabalho. No primeiro capítulo foi demonstrado a evolução histórica de como o Estado -desde a idade antiga até a atualidade- e como este interveio no setor econômico, pode-se afirmar então que nem sempre a participação do Estado na economia foi benéfica para a sociedade, na era absolutista em que predominava o mercantilismo, a participação do monarca como figura representativa do Estado, não estava preocupado com o bem-estar social (que é uma das funções mais importantes de governo), mas sim em como acumular metais preciosos e enriquecer a nação, atualmente o Estado intervindo na economia é de suma importância para garantir os direitos de indivíduos básicos da sociedade em sua totalidade, como a educação, saúde, segurança. E ainda é muito importante que o Estado atenda as famílias que possuem baixa renda, afim de amenizar a pobreza e garantir o mínimo para a sobrevivência dessas.

No segundo capítulo, foi exposto e exemplificado as principais variáveis macroeconômicas que o setor público usa para regular e garantir a estabilidade da Economia de determinado país, e como essas variáveis são aplicadas nas principais políticas macroeconômicas (Fiscal, Monetária e Cambial), desta maneira conclui-se que as principais políticas públicas (Fiscal, Monetária e Cambial) voltadas para o setor econômico são de grande valor para regular a economia e alcançar de certa forma a satisfação das necessidades da sociedade e ainda o bem-estar dessa mesma.

No terceiro capítulo, analisou-se parte da política fiscal – voltada para a arrecadação de impostos- entre os países Brasil e Espanha, onde foi exposto a carga tributária de ambos e foi escolhido tributos comuns para que fosse possível a comparação, além de ser feita a análise horizontal de cada país separadamente com a finalidade de mostrar se houve crescimento ou decréscimo nos impostos em comum que foram apresentados.

Ainda no terceiro capítulo, na comparação dos tributos entre Brasil e Espanha analisando o período de 2014 e 2015, concluiu ao longo desta análise de acordo com os dados da Receita Federal do Brasil e da Agencia Tributaria da Espanha que os impostos em comum escolhidos pela autora, o Brasil possuiu maior arredação

de tributos de modo geral com um aumento de 4,5% frente a 4% dos tributos espanhóis, o imposto de renda de pessoa física o Brasil também apresentou maior crescimento no total de 5,4% frente a uma diminuição dos tributos espanhóis de 0,43%, em relação ao imposto de renda das pessoas jurídicas a Espanha apresentou maior crescimento de tributação no valor de 10,3% (o que confirma os dados da OCDE com uma margem de erro de 0,7%) frente a uma diminuição dos tributos brasileiros em 3,7% , os impostos analisados relacionados a bens e serviços que foram; energia elétrica , tabaco e bebidas , o Brasil possuiu maior crescimento de tributação, exceto nas bebidas que em ambos os países houve um decréscimo, a baixa tributação da Espanha em bens e serviços comparada aos tributos brasileiros se deve ao fato dos tributos espanhóis sobre bens e serviços assumir o caráter de IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) que de forma simplificada é uma maneira generalizada de se tributar bens e serviços sem muitas especificações como no Brasil, ou seja é aplicado certa porcentagem sobre o preço não variando muito como os tributos sobre os bens e serviços brasileiros; e por fim o ultimo tributo comparado foi sobre o patrimônio em que o Brasil cresceu cerca de 12,3 % frente a uma diminuição da Espanha em 6,5%.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CICCO, Cláudio de; GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 1.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 240 p.

COTRIM, Gilberto. História: Para o ensino médio Brasil e Geral. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 528 p.

DILLARD, Dudley. A teoria Econômica de John Maynard Keynes. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1948. 334 p.

DOMÍNGUEZ, J.M. y GÓMEZ SALA. La dinámica estructural de la actividad financiera pública. Universidad de Málaga; 1995

FONTANA, Josep; VILLARES, Ramón. História de Espanha. 1.ed. Barcelona; Crítica.

GRASSI, Judas Tadeu. Economia: Fundamentos e Aplicações. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2009. 261 p.

KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, São Paulo. Saraiva. 13ª ed. 2014.

MOCHÓN, Francisco. Princípios de Economia. Tradução de Thelma Guimarães. 1.ed. São Paulo: Pearson, 2007. 329 p.

PARKIN, Michael. Macroeconomia. Tradução de Célia Blake. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2003. 511p.

PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 216 p.

SHAPIRO, Edward. Análise Macroeconômica. Tradução de Harcourt Brace. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1978. 765p.

REFERENCIAL ELETRÔNICO

A Intervenção no Estado Segundo Keynes. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2011/Resumos/A_INTERVENCAO_DO_ESTADO_NA_ECONOMIA_SEGUNDO_KEYNES_RESUMO.pdf>. Acesso em: 01/03/2018.

A Intervenção Pública. Disponível em: <<http://www.portaldoeconomista.org.br/arquivos/tribunas/010720101441432779.pdf>>. Acesso em : 01/09/2017.

Carga Tributária da Espanha. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ludmila/Desktop/MONOGRAFIA%20FONTES/informe%20anual%20de%20tributos%20espanha%202015.pdf>>. Acesso em: 04/03/2018.

Carga Tributária do Brasil. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ludmila/Desktop/MONOGRAFIA%20FONTES/Cargha-tribut%C3%A1ria-no-Brasil-Receita-Federal.pdf>>. Acesso em: 04/03/2018.

Constituição da Espanha. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ludmila/Desktop/MONOGRAFIA%20FONTES/constitui%C3%A7%C3%A3o%20espanha.pdf>>. Acesso em: 05/03/2018.

Constituição do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05/03/2018.

Dirección General de Tributos. Disponível em: <http://www.agenciatributaria.es/AEAT.internet/Inicio/La_Agencia_Tributaria/Normativa/Consultas/Direccion_General_de_Tributos/Direccion_General_de_Tributos.shtml>. Acesso em: 01/03/2018

Economia Política. Disponível em: <[https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Joseph-Stigliz-Contra-a-](https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Joseph-Stigliz-Contra-a)

austeridade-maior-participacao-cidada-e-mais-democracia-/7/34429>. Acesso em: 05/03/2018.

El Estado. Disponível em: <http://prezi.com/xikwxg_r6fyc/intervencion-del-estado-em-la-economia/>. Acesso 01/09/2017.

Estatísticas da Espanha. Disponível em: <<http://ine.es/>> Acesso em: 10/03/2018

Estatísticas do Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10/03/2018.

História Geral. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.uol.br>>. Acesso em: 01/03/2018.

Liberalismo: entenda essa corrente política- Politize! Disponível em <<http://www.politize.com.br/liberalismo-o-que-e/>>. Acesso em: 01/09/2017.

Platão. Disponível em: <<http://www.marxistas.org/portugués/diccionario/verbetes/p/platao.html>>. Acesso em: 01/03/2018.

Política Fiscal. Disponível em: <http://economybr.net/economia/4_politica_fiscal.html>. Acesso em: 09/09/2017

Política Tributária Recessiva e Regressiva. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,politica-tributaria-regressiva-e-recessiva-imp-,1087730>>. Acesso em: 09/09/2017.

Tribunal de Cuentas. Disponível em: < <http://tcu.es/tribunal-de-cuentas/es/> > . Acesso em: 01/03/2018.